

4

Desatando nós e refazendo laços: ruptura do segredo e reorganização familiar

No processo de análise das consequências da ruptura do segredo em casos de abuso sexual intrafamiliar de crianças, interessa-nos investigar as consequências para as famílias, em termos de organização, vínculos e relações, da revelação de abuso sexual intrafamiliar e da série de intervenções externas deflagradas pela ruptura do segredo.

Como o marco legal brasileiro – tal como expresso no ECA e na PNAS – enfatiza a necessidade de as intervenções que visem a garantir direitos considerarem o grupo familiar como referência central, torna-se importante colocar em primeiro plano as relações estabelecidas no interior da família, em lugar de nos indivíduos que a compõem – tanto menos ainda na polarização dicotômica autor *versus* “vítima”. Esse tipo de compreensão implica em saber como cada família opera no âmbito intragrupal e nas suas relações “para fora”, ou seja, seus processos de manutenção da coesão, suas resistências à mudança e seus níveis de permeabilidade a influências externas.

A partir da compreensão de que os padrões abusivos ora apresentados não se constituíram de uma hora para outra, senão que resultam das formas como as relações e os vínculos se estabeleceram e modificaram ao longo do ciclo de vida familiar, torna-se importante entender como o segredo foi se conformando como elemento de coesão em cada grupo familiar. Por outro lado e de maneira complementar, em tais casos se faz necessário demarcar em que momento se dá a ruptura do segredo em torno do abuso sexual, gerando sua enunciação para além desse grupo e as consequentes intervenções externas. Em outras palavras, é preciso identificar onde e como cada família demarca **um antes e um depois** da enunciação que erige o abuso a outro *status* que não o de segredo familiar, transbordando suas fronteiras. Esse ponto de ruptura – tal como cada família o identifica, nomeia e significa – parece jogar um papel relevante na tentativa de compreensão das consequências, para as famílias, da revelação do abuso sexual

intrafamiliar, permeadas por intervenções levadas a cabo pelos diversos segmentos integrantes do SGD.

Dada a importância de escutar silêncios, com centralidade no grupo familiar – em vez de em cada um de seus membros –, mostra-se importante encontrar meios de desvelar o não dito nos processos de intervenção a que foram submetidas aquelas famílias, buscando entender que significados estas lhes atribuem, a partir da concepção de que:

(...) as lacunas de tempo dentro dos processos, supostamente lugares de “vazios de informação”, podem ser indicativos de outros níveis de negociação e, sobretudo, da dinâmica muito singular que envolve a ida ao Juizado para resolver “questões de família” (Vianna, 2002, p. 275).

A tradição histórica de práticas tutelares das famílias alcançadas pelos segmentos integrantes do SGD em função da alegação de violação de direitos de crianças, aliada à visão idealizada da família como espaço exclusivamente de harmonia, cuidado e segurança, pode concorrer para o surgimento de uma dissonância tal que as intervenções se dêem no sentido de reificar o segredo. A mesma autora adverte para o fato de que:

Neste sentido, o esforço de “fazer falar” dos autos e, com isso, deixar sedimentadas e indelévels certas narrativas do intolerável, é tão relevante quanto o de “fazer calar”, o de não permitir que o registro do conflito – ou da violência, ou da desordem moral – atinja um ponto em que não haja mais retorno no sentido da conciliação. A economia de mediação que atravessa as ações dos profissionais do Juizado é, dessa forma, uma economia também linguística, que envolve a perícia de deixar registrada a fala ou de suprimi-la, construindo, através dessa supressão, um lugar para o possível das negociações e, conseqüentemente, do controle doméstico sobre a infância (Vianna, 2002, p. 295).

Embora expressa de forma paradigmática nas práticas judiciais, conforme discutido por Vianna (2002), essa armadilha frequentemente captura profissionais de diversos outros segmentos do SGD em casos de violência contra crianças e adolescentes, denotando o que anteriormente apresentamos como espelhamento ou funcionamento dos agentes que intervêm nos casos em moldes semelhantes àqueles das relações estabelecidas no âmbito das famílias atendidas.

Em todo caso, e apesar de a autora estar se referindo especificamente aos discursos contidos em processos judiciais, importa estar atento às relações

estabelecidas entre essas famílias e os distintos agentes que nela, legalmente autorizados, intervêm, na tentativa de compreender:

(...) que tipo de realidade – ou que tipo de verdade – pode ser acessada através dos processos, pensando-os ao mesmo tempo como *objetos* socialmente construídos (...) mas também como *objetos* socialmente construtores: de novas realidades, de capitais de autoridade, de limites e formas de intervenção administrativa (Vianna, 2002, p. 275 – grifos da autora).

Essa dimensão de objetos socialmente construtores das intervenções e discursos dos integrantes do SGD constitui uma importante dimensão a fim de analisar suas consequências sobre as famílias atendidas, através da atribuição de novos significados às relações e vínculos nelas estabelecidos, indagando se e até que ponto essas intervenções e discursos podem terminar por funcionar como promotores de um retorno ao segredo ou de sua reificação.

Diante de tais referências centrais na caracterização da questão de pesquisa, optamos por adotar uma metodologia qualitativa, considerada como um processo que busca o conhecimento de uma realidade complexa e que não se desvela à primeira vista. Sobre a pesquisa qualitativa, Minayo afirma que:

Os autores que seguem tal corrente não se preocupam em quantificar, mas, sim, compreender e explicar a dinâmica das relações sociais que, por sua vez, são depositárias de crenças, valores, atitudes e hábitos. Trabalham com a vivência, com a experiência, com a continuidade e também com a compreensão das estruturas e instituições como resultado da ação humana objetiva. Ou seja, desse ponto de vista, a linguagem, as práticas e as coisas são inseparáveis. (Minayo, 1999, p. 24)

Em virtude da dinâmica familiar que se buscava apreender, foram realizadas entrevistas com três mães, que nos foram referenciadas por dois CREAS e cujas narrativas, tomadas como representativas do discurso familiar, constituíram a base empírica para a discussão das questões centrais desta tese.

4.1

Escolha, acesso e aproximação dos sujeitos da pesquisa

Tendo como referência os CREAS do município do Rio de Janeiro, o processo de escolha dos casos que atendiam aos critérios por nós estabelecidos se caracterizou em um primeiro momento, pelos seguintes procedimentos: (a) levantamento dos casos de abuso sexual de crianças referenciados nos últimos 05 (cinco) anos; (b) desse total, identificação daqueles que atendiam aos critérios estabelecidos para esta pesquisa, quais sejam: ser intrafamiliar; a vítima ser do sexo feminino; suposto autor ser o pai ou seu substituto; e a mãe figurar como referência de acompanhamento do caso; (c) verificação do tempo transcorrido desde a alegação do abuso (mínimo de 03 [três] anos) .

Uma vez selecionados os casos, o passo seguinte foi a discussão dos mesmos, em conjunto, com a equipe de cada CREAS que nos possibilitou esse acesso – CREAS Maria Lina de Castro Lima e CREAS Nelson Carneiro –, a fim de avaliar quais apresentavam possibilidades objetivas de acesso às famílias e que mães teriam melhores condições de resiliência para participar da pesquisa sem significativos danos secundários.

Como o CREAS Maria Lina de Castro Lima, situado na Zona Sul do município do Rio de Janeiro, foi a primeira unidade de referência do município a dispor de equipe específica para atendimento a casos de abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes, decidimos iniciar por ele nossa aproximação ao campo.

Tanto a coordenação da unidade como a equipe do, à época, Serviço de Combate ao Abuso e à Exploração Sexual (SECABEXS) mostraram-se bastante receptivas à proposta da pesquisa, fornecendo-nos as melhores condições possíveis para sua realização. A existência de uma listagem única de todos os casos atendidos em um *software* que permitia sua rápida identificação por sexo e idade em muito facilitou uma primeira seleção e a correspondente redução do número de pastas a serem examinadas.

No processo de seleção dos sujeitos da pesquisa, recorremos ao exame de relatórios e demais documentos do CREAS sobre os casos, seguido de reuniões

com profissionais responsáveis pelo acompanhamento dos mesmos para discussão acerca daqueles que se enquadravam nos critérios da pesquisa.

O levantamento no CREAS Maria Lina de Castro Lima importou na consulta dos casos envolvendo abuso sexual de crianças do sexo feminino encaminhados àquela unidade de referência entre os anos de 2005 e 2010 já incorporados ao banco de dados da unidade. Submetidos aos outros dois critérios – pai ou seu substituto como alegado autor e mãe como referência no acompanhamento –, resultaram em um total de 16 casos inicialmente elegíveis para a pesquisa.

Em discussão com a equipe técnica, composta por 03 (três) assistentes sociais e 02 (dois) psicólogos, à época, 11 (onze) casos foram descartados, quer por ciência de perda de contato com as famílias – mudança de residência para outro estado da federação ou números de telefone informados não mais pertencentes a membros da família –, quer por avaliação de que as mães não teriam condições de participar sem graves prejuízos subjetivos. Restaram, portanto, 05 (cinco) casos elegíveis.

O mesmo procedimento foi adotado junto ao CREAS Nelson Carneiro, localizado na Zona Norte do município e cuja equipe do SECABEXS contava, à época, com uma psicóloga e uma assistente social. Nessa unidade havia 03 (três) casos elegíveis.

Selecionadas as famílias que atendiam aos critérios estabelecidos, o primeiro contato para consulta acerca de sua disponibilidade e seu interesse em participar da pesquisa foi estabelecido através de um dos integrantes da equipe técnica responsável pelo acompanhamento de cada caso quando de seu atendimento nos CREAS. Tal procedimento foi adotado em função do vínculo já existente, bem como da preservação da privacidade familiar e da garantia de maior liberdade para dar uma resposta negativa, sem com isso causar constrangimentos.

Dessas 02 (duas) unidades, após negativas por parte de diversas famílias⁵⁸, advieram as 03 (três) mães que se dispuseram a participar da pesquisa. Importa

⁵⁸ Embora as alegações para negativas em participar da pesquisa tenham apresentado nuances distintas, todas fizeram referência, de alguma forma, aos esforços envidados pela família para

informar que esse processo de consulta às mães implicou em maior duração do tempo previsto para a pesquisa de campo. Esse foi o motivo do expressivo hiato temporal existente entre a primeira mãe entrevistada, agosto de 2010, e a terceira, que ocorreu em abril de 2011.

4.1.1 Preparação e realização das entrevistas

Para conhecimento inicial acerca das famílias cujas mães seriam entrevistadas, como já dito anteriormente, foram examinados os documentos produzidos pelos – ou disponíveis nos – CREAS, no âmbito de suas intervenções no caso.

No que se refere a tais documentos, em particular interessou-nos identificar as alegações que deram início ao processo interventivo, ou seja, que demarcaram o transbordamento da questão para além das fronteiras familiares. Além disso, os registros existentes nos CREAS possibilitaram caracterizar os circuitos percorridos pelas famílias (Faleiros e Faleiros, 2001), isto é, elaborar um mapeamento inicial dos diversos segmentos do SGD envolvidos nos processos de intervenção em cada caso, a ser posteriormente cotejado e complementado com as informações trazidas pelas famílias.

Os registros dos CREAS estavam organizados através de uma pasta para cada caso, em que constavam:

a) ficha cadastral, com dados gerais e de identificação e o motivo da procura espontânea ou do encaminhamento à unidade de referência. Em alguns casos, a alegação de abuso sexual não figurava como motivo no primeiro contato, surgindo gradativamente à medida que se estabeleceu uma relação de confiança ou mesmo sendo esta hipótese originária da compreensão que os profissionais responsáveis –

superar o sofrimento advindo de todo o processo envolvendo a alegação de abuso sexual. Nessa perspectiva, as famílias entendiam a retomada do assunto como um movimento no sentido contrário daqueles esforços.

geralmente assistente social e psicólogo/a – foram construindo a partir dos relatos colhidos e/ou de estudo do caso realizado pelas próprias equipes dos CREAS ou de outro órgão do SGD;

b) anotações diversas dos atendimentos prestados, com suas respectivas datas e profissionais responsáveis, o que permitiu ter um panorama do fluxo do caso, do processo de “construção da história ou versão” em torno do alegado abuso sexual, das pessoas que buscaram o órgão de forma espontânea para fornecer e/ou obter informações acerca do caso, de orientações dadas e encaminhamentos realizados, de referência e contrarreferência entre os segmentos do SGD;

c) relatórios da equipe técnica, através dos quais também se pode analisar a contribuição do saber científico legitimado na “construção da história” do abuso e sua influência tanto na tomada de decisões internas – sobre procedimentos a adotar, por exemplo – como na determinação dos fluxos tomados pelo caso e as consequentes e respectivas intervenções a partir daí deflagradas. Outro elemento significativo residiu em perceber que orientações as equipes técnicas poderiam ter dado às famílias, o que muitas vezes poderia ter produzido negociações ao longo do processo de intervenções do CREAS e de outros segmentos do SGD que contribuíram para uma reconfiguração da história, a exemplo do que demonstra Vianna (2002) em casos de guarda de crianças no âmbito do Poder Judiciário;

d) documentos e relatórios encaminhados por outros segmentos do SGD, que permitiram visualizar as interfaces no atendimento a cada caso, a complementaridade das intervenções dos diversos segmentos envolvidos, a mútua influência na “construção da história” do abuso sexual e as “negociações” havidas entre as instituições. Tais relatórios também puderam revelar aspectos muito semelhantes aos destacados acerca daqueles produzidos pela equipe técnica do CREAS. Esses dados de fonte secundária em muito contribuíram na construção de uma compreensão inicial acerca de cada caso, importante para melhor apropriação dos conteúdos oriundos das entrevistas.

Face a isso, importante critério para seleção dos casos consistiu na disponibilidade da família para participação da pesquisa. As discussões prévias com as equipes dos CREAS em muito contribuíram para avaliação de quais mães reuniam melhores condições de resiliência.

Após identificação e escolha dos casos e consecução da anuência das mães em participar da pesquisa, procedemos às entrevistas com foco nas vicissitudes sofridas pela situação das famílias e de seus membros após a revelação, a fim de reunir informações acerca dos recursos próprios que cada família utilizou para enfrentar a crise imprevisível que se precipitou e das intervenções externas havidas desde a notificação da situação de abuso sexual intrafamiliar.

Apesar de não objetivarmos discutir as consequências a partir de um retrato instantâneo das famílias, mas, sim, analisar processos em seus diversos desdobramentos, consideramos não haver a necessidade de sucessivos contatos com o campo. Para tanto, elaboramos um “roteiro”⁵⁹ adequado e acordamos com as informantes, à ocasião da entrevista, a possibilidade de um segundo contato para esclarecer ou aprofundar algum aspecto, procedimento este que não se mostrou necessário em nenhum dos casos.

“Fazer falar” também as famílias, em lugar de estudar apenas os discursos que sobre elas foram produzidos pelas diversas instâncias que nelas interviam consistiu em uma tentativa de agregar uma outra dimensão às análises já produzidas nesse campo – sobretudo aquelas referentes ao atendimento às vítimas. Interessava-nos também compreender que significados as famílias atribuíam às intervenções legitimadas a partir de um discurso de necessidade de salvaguardar-lhes os direitos.

Consideramos importante registrar ainda a constatação acerca de nossa própria implicação com o objeto de estudo, mediante ao fato de nossas práticas profissionais estarem em muito associadas à temática. Tal contexto importou na necessidade de redobrar cuidados quanto à possível captura pela empiria, como

⁵⁹ Este termo está grafado entre aspas pelo fato de a entrevista narrativa não operar pelo seguimento de um roteiro de questões a serem apresentadas a cada informante, senão que se realiza em torno de uma questão geradora que visa a deflagrar um processo o mais livre possível de exposição da situação proposta, por parte de quem a narra. As intervenções do entrevistador devem se reduzir ao mínimo indispensável, tão somente para assegurar quer a continuidade da narrativa, quer para, ao final e se necessário, garantir o preenchimento de eventuais lacunas na compreensão da questão inicialmente posta ou de aspectos da narrativa mesma. Portanto, somente neste sentido de garantir a maior clareza possível, por parte do pesquisador, dos elementos que não podem estar ausentes na narrativa da informante, por sua centralidade na pesquisa, é que se concebe a existência de um “roteiro” – exclusivamente como guia para o pesquisador – ao se utilizar a entrevista narrativa (Flick, 2009).

fator prejudicial ao processo investigativo, embora complementarmente não possa ser subestimado seu valor para potencialização e riqueza das análises.

Assim, cientes de que, como nos alerta Velho (1978), existe um envolvimento inevitável com o objeto de estudo e que o mesmo não se constitui um defeito ou imperfeição, o desafio consistiu em perceber e analisar as narrativas com a objetividade necessária, partindo da proposta de que “o processo de estranhar o familiar torna-se possível quando somos capazes de confrontar intelectualmente, e mesmo emocionalmente, diferentes versões e interpretações existentes a respeito de fatos, situações” (Velho, 1978, p.45).

Em relação às entrevistas, os temas centrais que não podiam estar ausentes nas narrativas das informantes – tendo em consideração a necessidade de conhecer a organização familiar em termos de composição, relações, vínculos e alianças em momentos distintos – consistiam em: (a) estrutura e funcionamento da família **antes** da revelação – para conhecer seus processos de estabelecimento de relações, vínculos e alianças e de manutenção da coesão, suas resistências a mudanças e sua permeabilidade a influências externas; (b) estabelecimento do episódio, relato ou situação em torno do qual a família considerava ter se dado o transbordamento da questão para além de suas fronteiras, o ponto de ruptura do segredo familiar, o que denominamos como o **durante** a revelação; e (c) mudanças ocorridas **depois** da revelação, para identificar as intervenções externas havidas e o entendimento das informantes acerca dos discursos e ações dos diversos segmentos do SGD sobre o caso e a avaliação das consequências sobre a vida familiar e de seus integrantes, sobretudo em termos de organização, relações, vínculos e alianças.

As informantes que concordaram em participar receberam informações prévias sobre os objetivos da pesquisa, sua participação e direitos baseados no princípio do respeito à dignidade humana (Polit e Hungler, 1995).

Solicitamos a autorização para gravar as entrevistas, garantindo a cada uma delas a preservação do sigilo quanto a dados que pudessem levar à sua identificação, bem como de que as informações fornecidas seriam utilizadas exclusivamente para os fins da pesquisa. Nenhuma informante se opôs à gravação. Em conformidade à legislação brasileira, as gravações serão preservadas por um período mínimo de cinco anos e, após, destruídas (Silveira, 1998).

Procedemos à leitura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido para cada uma das informantes e, após estarmos seguros de não haver qualquer dúvida, o documento foi assinado por elas e pelo pesquisador, ficando uma cópia com cada um, em cumprimento ao disposto na Resolução 196/96, do Conselho Nacional de Saúde (BRASIL, 1996).

As entrevistas, todas realizadas em salas dos próprios CREAS – em função da familiaridade e da confiança já existentes, por parte das mães, com o espaço físico –, tiveram duração média de 02 (duas) horas.

4.2

Consequências da revelação do abuso: narrativas das famílias

De acordo com Gil (2008), à coleta de dados sucede o processo de análise e interpretação do material. Segundo o autor:

Esses dois processos, apesar de conceitualmente distintos, aparecem sempre relacionados entre si. A análise tem como objetivo organizar e resumir os dados de forma tal que possibilitem o fornecimento de respostas ao problema proposto para a investigação. Já a interpretação tem como objetivo a procura do sentido mais amplo das respostas, o que é feito mediante sua ligação a outros conhecimentos anteriormente obtidos. (Gil, 2008:168)

Como as entrevistas foram realizadas com relativo hiato temporal entre uma e outra, o processo de transcrição caracterizou-se por ser igualmente gradativo. Essa primeira aproximação com o material coletado visou à compreensão inicial da narrativa de cada informante, sobretudo a busca por conhecer como cada mãe estabelecia o ponto de corte que poderia caracterizar o marco de ruptura do segredo familiar em torno do abuso. Tal demarcação, dada a questão central desta tese, adquire papel fundamental, vez que estabelece o ponto de corte entre **um antes** e **um depois** na dinâmica familiar.

Posteriormente, as consecutivas leituras do material buscaram a identificação de temas recorrentes nas três narrativas, bem como aqueles que adquiriam relevo pela ênfase que lhes foram atribuídas por apenas uma das mães.

Dessa forma buscamos valorizar o que havia “em comum” entre os processos experienciados pelas três famílias sem, contudo, perder de vista elementos que se referiam a e caracterizavam de forma única e ímpar as vicissitudes por que passou cada família no interjogo estabelecido entre seus próprios recursos e as gestões externas na administração da crise precipitada pela revelação do abuso.

Para procedermos à análise, dividimos os conteúdos das narrativas em três blocos, os quais se referiam à dinâmica de cada família antes, durante ou depois da revelação do abuso. De maneira complementar, em consonância aos objetivos formulados, agrupamos os conteúdos em torno a eixos temáticos referidos à organização familiar em cada momento, sempre considerando sua composição ou estrutura bem como o estabelecimento, manutenção, modificação e/ou rompimento de relações, vínculos e alianças.

Na utilização de fragmentos das entrevistas para ilustrar nossa análise, optamos por adotar a seguinte designação para identificação de cada uma das famílias: Família A, Família B e Família C.

Com o objetivo de estabelecer e buscar sustentar uma atmosfera de leveza e espontaneidade, de forma a propiciar ao máximo a potencialização do caráter marcadamente autoral de cada narrativa, apresentamos às mães nossa “questão geradora” da seguinte forma: “eu gostaria que você me falasse como se formou essa família, como ela veio se desenvolvendo até acontecer a alegação do abuso, como foi essa alegação, o que aconteceu depois e como a família está hoje. No final de nossa conversa, caso haja lacunas que eu precise entender melhor, eu perguntarei a você”.

A partir dessa formulação, as informantes forneceram narrativas que, em que pese seus estilos e recursos linguísticos distintos, percorreram quase que exaustivamente todas as questões relevantes para a compreensão da dinâmica familiar anterior à alegação do abuso, da crise precipitada pela revelação, do circuito percorrido pela família no SGD, dos significados atribuídos às intervenções externas havidas, bem como do estado atual da organização familiar, sendo necessárias poucas perguntas de esclarecimento ao final das entrevistas.

4.2.1 Caracterização das famílias

Antecedendo a análise propriamente dita, apresentamos uma breve caracterização das famílias, por entender que a precedência de tais dados concorre para fornecer as bases mínimas de compreensão das dinâmicas e processos que serão discutidos. Os dados aqui apresentados são oriundos dos registros existentes nas pastas de cada família nos CREAS, das informações que foram surgindo espontaneamente no curso da narrativa de cada uma das mães e, somente quando absolutamente necessário, foram indagados ao final das entrevistas.

Reafirmando nosso recurso à narrativa das mães como expressão do discurso familiar, conforme fundamentado anteriormente, é importante registrar que, na identificação dos fragmentos, optamos por manter a titularidade de cada informante, motivo pelo qual utilizamos o termo **Mãe**, que visa demarcar a distinção entre autoria da fala e sua interpretação pelo autor da tese.

Em respeito aos estilos de narrativa de cada uma das informantes, optamos por demarcar de forma específica suas ênfases, sentimentos expressos e seguidas pausas, buscando assim caracterizá-las a partir de suas singularidades⁶⁰.

Família A:

Em termos de composição, a família é formada pela mãe, 33 anos, curso superior incompleto e sem atividade laboral fora de casa; pelo pai, e alegado⁶¹ autor do abuso sexual, 35 anos, ensino médio e policial militar; pela filha mais velha, e alegada vítima do abuso, que contava com 5 anos à época das supostas interações abusivas, as quais teriam ocorrido em visitas da criança ao pai; e pela irmã dois anos mais nova.

⁶⁰ Desta forma, ao apresentar os fragmentos das narrativas, o recurso de caixa alta é utilizado para ressaltar a veemência e o tom no emprego de determinadas palavras; as reticências para registrar as pausas entrecortando a sequência da narrativa e parênteses com comentários para indicar silêncios prolongados ou outra expressão ou sentimento que mereça destaque.

⁶¹ A utilização do termo alegado visa a deixar claro que não há qualquer conclusão investigativa que ateste oficialmente a ocorrência do abuso sexual. Dessa forma, o mesmo é empregado também em relação à criança vítima.

O processo de intervenções do SGD teve início em 2005 e o atendimento no CREAS ocorre desde 2009. Os segmentos do SGD que compõem o circuito percorrido pela família são: CT, escola, delegacias várias (DEAM, DCAV, Delegacia legal), Corregedoria da PM, saúde pública, IML, CREAS, Defensoria Pública, Vara de Violência Doméstica, Vara de Família, Vara da Infância e Juventude e Ouvidoria do MP.

Ao discorrer sobre como a família se formou, a mãe relata que a relação teve início já com “mentiras por parte do namorado”, que disse morar com amigos na Zona Sul do Rio de Janeiro e cursar faculdade. Contudo, mais tarde, ela o viu entrando em um ônibus fardado de policial militar e descobriu que o mesmo não estudava e que residia com os pais em município fora da área metropolitana.

Ela, à época, residia em um pensionato de freiras, visto que, com os novos casamentos de seu pai e sua mãe, “nenhum dos dois queria que ela morasse com eles” em suas casas. Foi seu pai quem conseguiu a vaga no pensionato. Esta mãe diz que “eu era a única com família no Rio que morava no pensionato... Todas as outras meninas eram sozinhas na cidade”. Naquela época, ela cursava faculdade de direito e trabalhava no escritório do pai.

Após alguns meses de namoro, ocorreu uma gravidez não planejada e, embora o namorado tivesse concordado em alugarem um lugar para morarem juntos, “nunca aparecia quando marcávamos de procurar apartamento, sempre dando uma desculpa e, ainda assim, quando eu ligava para cobrar”. Quando o estágio da gravidez impediu sua permanência no pensionato, o pai alugou um apartamento para ela no mesmo bairro em que ele residia, a fim de poder lhe “prestar assistência se necessário”.

Esta mãe relata que o namorado “aparecia de vez em quando e ficava alguns dias comigo, depois sumia de novo. Ele nunca assumiu qualquer responsabilidade na relação ou no sustento das filhas... Meu pai que sempre bancou as despesas delas”.

Essa fragilidade dos vínculos conjugais – com uma relação demarcada por idas e vindas desse namorado, com participação quase nula e esporádica nas responsabilidades de sustento e cuidado da família – será enunciada de diversas

formas em partes distintas da narrativa desta mãe, de certa maneira com a ideia subliminar de que nunca chegara a haver uma união efetivamente estável.

Família B:

Em termos de composição, a família é formada pela mãe, 34 anos, separada do pai de seus filhos há 07 (sete) anos, ensino fundamental incompleto, costureira; pelo companheiro da mãe, e alegado autor do abuso, 39 anos, ensino médio, professor de capoeira; pela filha mais velha e alegada vítima, 10 anos à época do abuso, que teria ocorrido na vigência da relação conjugal entre a mãe da vítima e o alegado autor; e pelo irmão dois anos mais novo.

O processo de intervenções do SGD teve início em 2007 e o atendimento no CREAS ocorre desde 2008. Os segmentos do SGD que compõem o circuito percorrido pela família são: CT, escola, DCAV, ONG, psicólogas particulares, saúde pública, IML, CREAS, MP e Judiciário.

Ao se remontar ao início de sua relação com seu primeiro companheiro e de como a família foi formada, esta mãe inicia sua narrativa referindo-se ao alcoolismo de seu pai: “Eu venho de uma família de pai alcoólatra e que muitas vezes ficava violento...”. Quanto à sua mãe, refere-se à mesma como “minha mãe é uma mulher guerreira, trabalha assim tipo eu... era difícil ter alguma coisa errada em casa, eram seis mulheres e um homem e ela dava conta de tudo sozinha”.

A experiência, na família de origem, de convívio com um alcoolista vai se repetir na relação conjugal com o pai de seus dois filhos, “que virava e mexia estava em um botequim bebendo... e com o tempo passou a chegar em casa bêbado com frequência”.

Esse relacionamento finda após oito anos de convívio, muito em função do agravamento do abuso de álcool, sendo que o ex-companheiro “quase nunca se preocupa com os filhos, vendo apenas de vez em quando e não querendo ajudar com pensão, mesmo com a ordem da juíza”.

No que se refere ao seu segundo companheiro e alegado autor do abuso sexual de sua filha, ela diz que “mais ou menos um ano depois da separação, eu estava morando com um novo companheiro, que dava aula de capoeira”. Ela relata que tudo estava indo bem, “mas ele quis mandar na minha casa e passar por

cima de mim, mas eu não nasci pra ser comandada por homem nenhum. Ele começou a tentar dominar as crianças, só queria bater... e muito... parecia com meu pai...”.

Embora evidencie, em sua percepção acerca deste outro companheiro, nova referência a semelhanças com traços de seu pai tidos por ela como negativos, a mãe informa que o rompimento dessa relação se deu em decorrência da revelação do abuso sexual de sua filha.

Família C:

Em termos de composição, a família é formada pela mãe, 42 anos, engenheira com mestrado; pelo o pai, e alegado autor do abuso, 41 anos, engenheiro com doutorado; e pela filha, e alegada vítima, 6 meses até 4 anos à época do alegado abuso, que teria se dado após a separação conjugal.

O processo de intervenções do SGD teve início em 1999 e o atendimento no CREAS ocorre desde 2009. Os segmentos do SGD que compõem o circuito percorrido pela família são: NACA, DPCA, FIA, IML, MP, Vara de Família, Vara Criminal, CT, médico e psicólogas da rede privada.

O casal inicia sua relação a partir de um encontro em situação de formação profissional. A mãe informa que “nos conhecemos no curso de mestrado, quando fomos morar em uma cidade do interior de outro estado”. Sendo ambos oriundos do Rio, “descobrimos muitas coisas em comum e resolvemos dividir o apartamento. Posteriormente, em menos de um ano, nos envolvemos, namoramos e casamos”.

Antes da conclusão do mestrado, ela manifesta o desejo de ter um filho, com o que ele concorda. Assim, ela prefere não ingressar no doutorado – o que é feito pelo marido – nem no mercado de trabalho, priorizando a maternidade neste momento.

Com o nascimento da filha, o casal retorna ao Rio de Janeiro e vai morar na casa da mãe dela, havendo um rearranjo da acomodação espacial de parte da família, com perda de conforto, para viabilização de suporte aos dois. A informante reiteradamente se refere à própria mãe como “a pessoa com quem sempre pude contar”. Em nenhum momento menciona seu pai, sobre o qual obtivemos alguma informação através de pergunta no final da entrevista: “meu

pai, sendo separado da minha mãe, pouco interveio nos meus problemas com meu marido, nem se meteu diretamente nessa confusão gerada pelo abuso; mas diversas vezes ele me ajudou com dinheiro...”.

4.2.2

As famílias antes da revelação: organização e dinâmica

Para discussão das consequências da ruptura do segredo, é preciso recuperar o processo de constituição do grupo familiar, bem como sua dinâmica tal como se apresentava antes da revelação do abuso e que comporta, além de sua composição, as formas assumidas pelas relações e as configurações dos vínculos e das alianças. Pertinente lembrar que tais informações procedem da narrativa das mães, versão esta que, de forma alguma, é aqui tomada como expressão da verdade factual, senão da enunciação de um lugar específico, com suas implicações, possibilidades e limites.

Ao narrarem o processo de constituição do grupo familiar, de alguma maneira, as três mães fizeram referência às suas respectivas famílias de origem, o que, de certa forma, corrobora as teorias acerca da construção da conjugalidade no que se refere a aspectos tais como a influência das experiências filiais no estabelecimento de vínculos e relações posteriores, tal como postulado por Winnicott (1983, 2001).

A ocorrência de relações de tal tipo, como uma espécie de repetição da história da própria família de origem, encontra menções na literatura que estuda os processos de subjetivação que têm jogo na infância (Ackerman, 1978; Winnicott, 2001), com ênfase na introjeção das figuras parentais como idealizadas – e de tomada do casal parental como modelo de conjugalidade – ou como experienciadas e significadas pela criança para além das características “objetivas” que testemunham a existência dos pais reais e concretos. Essa repetição aparece claramente na narrativa da mãe B ao se referir ao comportamento de seu primeiro companheiro:

Eu venho de uma família de pai alcoólatra... E o pai das crianças, assim que eu conheci, já começou a me tratar bem, só que depois eu não queria ele mais, eu me decepcionei com ele... encontrei ele no botequim e isso lembrava a bebida do meu pai. (Mãe B)

Há uma conjugalidade que foi construída em bases de expectativas, vivências e lacunas, a partir da própria história familiar. Isso tudo tem como pano de fundo as ideias subliminares de casal, família, posições e papéis na divisão das tarefas familiares (Berger e Luckmann, 2002). Tais referências, como poderemos observar mais adiante, tenderão a exercer influência sobre o processo de estabelecimento e manutenção de relações com base em segredos, as quais podem estar bastante informadas pela imprescindibilidade de preservação do lugar idealizado de pai como mantenedor da moral familiar e, via de consequência, acima de qualquer suspeita ou da ocorrência de separação do casal parental como algo intrinsecamente prejudicial ou traumatizante para os filhos. Tais chaves de leitura ou valores reificados adquirem prevalência tal que podem concorrer para que fiquem subsumidos ou imperceptíveis quaisquer indícios de ocorrência da interação abusiva.

As experiências infantis de ter recebido maternagem adequada ou não exercerão influência sobre conceber o mundo e as relações interpessoais como um espaço de confiança, de onde se pode extrair ou receber coisas boas ou, de maneira oposta, como hostil (Winnicott, 1987; Bowlby, 1998). Neste último caso, podem redundar em busca de compensação ou preenchimento dessa lacuna no estabelecimento de vínculos posteriores. Uma expressão dessa reverberação em relação a lacunas na significação do cuidado parental como aquém das expectativas se revela na fala de uma das mães, ao se referir ao provimento de recursos pelo seu pai, porém com restrições ao convívio cotidiano e próximo, cuja compensação é intentada através da relação com o parceiro:

Aí voltei pro Rio de Janeiro e meu pai já não me quis na casa dele: “eu te dou um trabalho – meu pai tinha uma empresa de direito financeiro e tributário –, você trabalha comigo, faz faculdade de direito, mas você vai morar nesse pensionato”... Então, ele [companheiro], de uma certa maneira, veio completar... um vazio assim, né? (Mãe A)

As próprias referências parentais também podem se atualizar na conformação das identidades de gênero em momentos outros do ciclo de vida, estando subjacentes às formas de seu exercício quer no estabelecimento das

relações de conjugalidade, quer no manejo das funções materna e paterna. Este último nos parece evidente quando uma das mães diz:

Eu não tinha aquela desenvoltura de dona de casa, porque até então eu nunca tinha feito, trabalhava, estudava, mas eu me esforçava ao máximo e nunca agradava a ele. Na época, eu me culpava, sofria, chorava, ligava pra minha mãe (Mãe A).

Esses sentimentos de inadequação possuem como parâmetro as referências idealizadas de exercício do papel de mãe (Durham, 1983; D'Ávila Neto, 1994; Szymanski, 1994), tais como social e historicamente construídas e até hoje presentes no capital cultural brasileiro acerca de famílias.

Em consonância ao postulado por Ackerman (1978), a identificação de elementos de semelhança ou contraste entre o próprio pai ou mãe e o companheiro na vida adulta, tanto sob aspectos que contribuem para valorizá-lo como quanto a expectativas de cuidado ou ausência dele, podem ser fortemente informados pelas relações filiais de cada integrante do casal.

O papel introjetado de mulher e mãe, muito referido à identidade de gênero, tem fundamentos para além da vida psíquica e dos registros simbólicos das vivências intrafamiliares. Segundo alguns autores (Reis, 1985; D'Incao, 1997; Castel, 1998), a conformação desses lugares de exercício da feminilidade foram engendrados em um processo histórico de construção de hegemonia masculina. Em muito, como resultado dessa desigual correlação de forças (Saffioti, 1979; D'Ávila Neto, 1994), estabelece-se a divisão sexual do poder no âmbito familiar, circunscrevendo e demarcando como próprio do feminino o cuidado a ser dispensado às crianças, o que pode ser percebido na fala da Mãe B, quando narra que “eu tinha que chegar logo do trabalho pra ficar com as crianças. (...) Enquanto eu fiquei no hospital por causa do parto do menino mais novo, a menina ficou com a minha irmã”.

Parece-nos não estar em jogo aqui somente elementos de identificação referidos à coincidência de gênero entre mãe e filha, senão a atuação do capital cultural brasileiro acerca do lugar feminino na divisão sexual do trabalho, em às mulheres cabe o cuidado da prole e os “sacrifícios” inerentes à manutenção da coesão familiar. A força do *habitus* (Bourdieu, 1982) é de tal forma intensa que, na ausência ou impossibilidade da mãe, cabe a esta providenciar outra mulher para assumir suas funções uma vez que em uma sociedade, como nos informa Da

Matta (1987), a rua é o espaço do homem e a casa, o domínio da mulher. A não observação dessa divisão de tarefas pode levar a comportamentos hostis como parece ter sido o caso vivido pela Mãe A, que nos narra que “ele ficava com ódio quando eu pedia pra ele ficar um pouquinho com ela... e gritava que estava cansado”.

Ainda como expressão do *habitus* como condicionante das referências de percepção, análise e ação, com frequência verificamos que, quando considera não estar dando conta do exercício da maternagem de forma adequada, dificilmente a mulher recorre ao pai de seus filhos para encontrar apoio, ainda que na condição de suplementar. Antes disso, tenderá a buscar suporte em outra figura feminina e, se de alguma forma disponível, muito provavelmente a própria mãe, tida como espécie de manancial inesgotável de alternativas no cuidado de crianças.

Esta última proposição consiste em elemento fortemente presente no capital cultural (Bourdieu, 1980, 1989) brasileiro acerca do aprendizado da maternidade, cuja manifestação mais contundente reside no fato de a avó materna ser considerada presença indispensável ao lado da filha no período de nascimento dos netos e puerpério; e, em seu impedimento, idealmente, outra mulher da linhagem materna que já tenha passado pela experiência da maternidade deve substituí-la, como podemos verificar nos fragmentos abaixo:

Mãe é bom, né? Sempre acaba ajudando a gente de algum jeito... (Mãe B)

Minha mãe saiu do quarto dela e foi para o meu quarto, que era um quarto pequeno, e eu botei bercinho, fiz uma espécie de quitinete. Ela abriu mão do seu conforto pra que a gente pudesse se acomodar bem. (Mãe C)

Entretanto, como nos propõem Araújo e Scalón (2003) e Durham (1983), ao discutirem tendências contemporâneas de rupturas e permanências quanto aos padrões que presidem as relações de gênero, o lugar do pai em relação aos cuidados da prole tem conhecido alguns deslocamentos importantes. Segundo aquelas autoras, neste processo de convivência entre o “novo” e o “velho”, a presença de pais que admitem a possibilidade de – ou mesmo manifestam e realizam o desejo – participar dos cuidados dos filhos vem se tornando progressivamente frequente, em que pese o fato de tal mudança ainda estar muito mais centrada nas atividades referentes ao mundo externo à casa, como passeios,

ida à escola ou atividades recreativas. Esses elementos podem ser observados no discurso de uma das mães:

Quando a neném nasceu, ele foi presente... logo no início assim, ele ficava, era carinhoso com ela, ajudava a cuidar... ele tinha até mais jeito com bebê recém nascido do que eu... Era a minha primeira filha e ele já tinha cuidado de outros sobrinhos... E eu era a primeira vez que estava vendo um bebê ali, que tinha acabado de nascer. É muito delicado... delicado e estranho, né? Chora... aí nessa hora ele me ajudou, dando banho e tudo. (Mãe A)

Entretanto, o lugar masculino parece permanecer como de ajuda, de complementaridade ou quase concessão nos momentos em que a mãe não se mostra suficientemente disponível ou competente para dar conta, sozinha, dos cuidados com a prole. Intervém, nessas significações, as desigualdades nas relações de gênero, tais como as historicamente construídas, podendo, inclusive, resultar em expressivo estranhamento do estreito contato físico entre pai e filha, interação bastante naturalizada quando se trata da mãe. Uma espécie de mistura entre estes dois aspectos, alternadamente “conservador” e “constestador” desses lugares parentais arraigados se depreende do seguinte trecho:

Só ficava nos momentos que ele queria... às vezes ele brincava, quando ela era mais novinha ele colocava sobre seu corpo e ela parava de chorar e ele falava “tá vendo como ela gosta de mim?”. Então dizia “você não sabe nada”, sempre procurando me humilhar como mãe e eu achava que eu não sabia mesmo e pensava “o que que ele tem que eu não tenho?”, como uma coisa especial com criança, “como ela com ele acalma, né?”. (Mãe A)

A importância da presença masculina na composição familiar encontra instigante problematização em Sarti (1996), que atribui maior centralidade à autoridade do homem no âmbito familiar ante ao seu papel de intermediário entre a família e o mundo externo – como guardião da respeitabilidade do grupo – do que ao controle dos recursos financeiros da família. A autora considera que esse papel masculino tem sua complementaridade na prevalência da responsabilidade da mulher quanto à dinâmica e organização doméstica. Tal divisão encerra uma concepção de família possível, segundo a autora, pelo fato de esse grupo ser pensado a partir de uma ordem moral.

Essa concepção que bem demarca a tensão entre as próprias expectativas e a antecipação do que poderia – ou deveria! –, em consonância ao capital cultural acerca da família na sociedade brasileira, ser a expectativa de terceiros –

recordando o lugar atribuído a mulheres idosas como reservatório privilegiado da moral coletiva – encontra sustentação na argumentação de Szymanski (1994) acerca da polarização proposta pela autora entre o que denomina família pensada e família vivida.

Ao tomar por referência a família monogâmica nuclear, burguesa e patriarcal – tal como já discutimos em outro capítulo desta tese – como tendo conotação normativa na sociedade brasileira (Szymanski, 1997), a autora argumenta que outras formas de organização familiar terminam por serem consideradas ou valoradas como espécies de desvios ou insucessos por parte daqueles que assim as constituíram ou permitiram que se tornassem. Face a tal valor que, de tão compartilhado, tornou-se óbvio ou autoevidente – ou, nas palavras de Bourdieu, um *habitus* –, frequentemente o mesmo tende a redundar em uma sensação de inadequação nas próprias pessoas envolvidas, ainda que a interação familiar concreta, em tal forma de organização, lhes esteja sendo bastante satisfatória.

Essa dissonância cognitiva e emocional, embora tenha se apresentado de maneira recorrente e sob aspectos distintos nas narrativas das três informantes, terá na Mãe A uma ilustração clara do desconforto ocasionado por sua situação civil e a conseqüente estratégia que adotava para lidar com a decorrente ansiedade que sentia, conforme pode ser observado no fragmento que se segue:

Eu passeava com a minha filha na praia, eu era feliz. Quando eu saía com ele [o pai da criança] do meu lado eu me orgulhava... às vezes quando eu tava sozinha eu ficava com um pouco de vergonha e colocava uma aliança no dedo porque as velhinhas falavam, brincavam com a minha filha e eu ficava com medo das velhinhas olharem pra minha mão e verem que eu não era casada (riso “nervoso”)... Assim, isso me constrangia um pouco, mas eu tinha uma felicidade que hoje eu não consigo encontrar... (Mãe A)

A imprescindibilidade da presença masculina e a concomitante sensação de inadequação diante de sua ausência também podem estar referidas à imagem idealizada de composição familiar. Essa idealização pode ser ainda mais potencializada em casos nos quais um dos integrantes do casal tenha vivenciado a relação com o próprio pai como de abandono em algum grau. A prevalência e a força dessa necessidade podem exercer relevante influência sobre a conformação e manutenção do segredo em torno do abuso, dado que a admissão da

possibilidade de sua ocorrência pode ter como corolário a desagregação da família, com a saída do companheiro e pai de seus filhos do grupo.

Na conformação de relações e vínculos, Figueira (1986) adverte para o fato de que a identidade de cada um no interior da família é sempre posicional, onde todos seus integrantes têm definidas suas respectivas posições em função de idade e sexo. E tais posições são igualmente definidoras da prevalência de expectativas e desejos de uns sobre os demais, em um interjogo constante de cacifes distintos.

Tal argumento vem ao encontro do proposto por Bustos (1990), quando afirma que os vínculos são estabelecidos entre papéis, entre os respectivos lugares por cada um ocupados em determinada dinâmica, antes de o ser entre indivíduos. Em outras palavras, a sua posição relativa no campo – forma como Bourdieu (1980) se refere a esses lugares sociais demarcados por papéis – se torna fundamental para o estabelecimento das relações intrafamiliares, tanto no exercício da conjugalidade como no da parentalidade.

Na dinâmica familiar, aos pais geralmente cabe a definição de como, quando e a quem distribuir as gratificações disponíveis e decorrentes dos bens por eles angariados ou coletivamente produzidos – aí incluídos os suprimentos de afeto (Boszormenyi-Nagy e Spark, 2008). Ainda segundo estes autores, tal interjogo de posições exerce papel fundamental no processo de estabelecimento e manutenção da coesão familiar, o que concorre para erigir lealdades somente possíveis pela interveniência do silêncio que as funda, precisamente por não ser necessário dizer o que todos sabem, já que o que todos sabem possui força suficiente para manter o grupo coeso.

Como nos informa Orlandi (2007), trata-se aqui de um silêncio que não expressa a ausência de, senão a prescindibilidade de se dizer algo, ou seja, o silêncio como prenhez de significados, plenitude polissêmica. Essa incompletude semântica contribui para dar espaço a que cada um preencha o que é silenciado com o sentido que for mais conforme a seus próprios desejos, anseios e temores, sempre uns em relação aos outros integrantes da família (Laing, 1983; Polster, 1979). Assim, preferências, afinidades e alianças podem ser erigidas, exercidas, usufruídas e suportadas no interior do grupo familiar (Boszormenyi-Nagy e Spark, 2008), sem que com isso sua coesão fique ameaçada por oposições e conflitos abertos (Pichon-Rivière, 1998).

Dessa maneira, na dinâmica de uma família em que ocorre abuso sexual intrafamiliar de crianças, algumas gestões, em princípio inócuas ou bem intencionadas, podem concorrer para potencializar as condições de possibilidade para instauração ou manutenção da interação abusiva, reforçando alianças que, em outro contexto, poderiam causar estranhamento e relativo desconforto. Uma expressão dessa dubiedade aparece na narrativa de uma das mães, ao acoplar, sem diferenciação e com o mesmo peso, o impacto da ausência da figura masculina simultaneamente como seu companheiro e como pai de suas filhas:

Porque minha filha chorava toda vez que ele ia embora, ela vivia a chorar, e eu acabava chorando também, sabe?... (...) Então, eu comecei a ver ele também como uma ajuda essencial... ele não podia me faltar porque eu sozinha com ela, eu passava muita dificuldade, sabe? Por isso que eu sempre ligava, pedia pra ele voltar, pra ele reavaliar, que eu e a filha estávamos sozinhas. (Mãe A)

Sempre eu permiti ele entrar na minha casa. Eu deixava, quando ele trazia elas da visita, sentava no sofá, via televisão... Era um momento que eu dava abertura pra ele porque eu pensava que as crianças queriam ter mais aquele espaço com o pai. Senão era só chegar e “tchau, tô indo embora”. Eu deixava ele e, às vezes, servia um lanche, eles viam DVD e elas mostravam brinquedinhos. (Mãe A)

Manifestação distinta, porém complementar, do processo de identificação dos filhos e filhas com as distintas figuras parentais e sua ressonância sobre expectativas de estabelecimento das alianças no grupo familiar aparece no discurso da Mãe B, ao informar que:

quando separamos [ela e o primeiro companheiro, pai de seus dois filhos], o menino tinha 6 anos e a menina, 7. Ela sempre foi muito grudada e parecida comigo. Já o menino devia se parecer com o pai, que é homem, e eu tinha medo que ele virasse alcoólatra também. (Mãe B)

Ao discutir as formas de funcionamento do sistema familiar, Minuchin (1982) enfatiza a importância de que haja clareza de limites entre os subsistemas, a fim de que papéis e funções possam atuar como elementos que contribuam para um desenvolvimento de relações, vínculos e indivíduos sadios. O que se dá entre o casal deve estar bem delimitado só entre os dois, de tal forma que a prole não se sinta autorizada e muito menos convocada a participar da fruição que lhe é própria, bem como também não dos conflitos que suscita ou de sua administração.

De maneira similar, a fratria deve ter suas próprias formas de manejar potencialidades, colaboração, competição e outras dimensões características das relações entre irmãos, sendo fundamental que os pais, ao ser necessária a

intervenção da autoridade para resolução de conflitos, saibam claramente exercer o papel de árbitros ou mediadores e, de maneira alguma, ajam como iguais. À falta de nitidez de tais limites, segundo o autor, são abertos espaços vários de adoecimento das relações e de estabelecimento de vínculos e alianças de alto potencial destrutivo da subjetividade de seus integrantes. Essa parecia ser a realidade na família A, pois conforme a narrativa da mãe, “até hoje ela culpa a irmã dizendo que, quando ela nasceu, a vida dela começou a ter um monte de coisa ruim... e foi aí que aconteceu esse abuso...” (Mãe A).

Nesse processo, o silêncio promotor da coesão familiar, não necessariamente em torno de aspectos perversos, começa a ser transmutado em segredo, como regra de imposição do que não pode ser dito, funcionando, portanto, como aprisionamento – em lugar de pluralidade de possibilidades – de sentidos. Tais imprecisões e deslocamentos de papéis e lugares familiares fornecem as condições de possibilidade para confusões entre conjugalidade e parentalidade, o que significa um modo de organização bastante propício à ocorrência de abuso sexual intrafamiliar (Furniss, 1993; Gabel, 1997). Na família B, essa indiferenciação se revela nas relações e nos vínculos entre o padrasto e os enteados, como explicitado pela mãe ao argumentar que “quando eu trabalhava de noite, ele ficava com as crianças, mas pareciam três crianças, só fazendo bagunça. Ele me ligava toda hora reclamando das crianças, me perturbando no trailer” (Mãe B).

No caso da família A, faz-se presente um aspecto ainda mais contundente devido ao fato de a interação pai-filha começar a configurar expressivo deslocamento, adquirindo um caráter bastante sexualizado, que inclui explícita referência à confusão de papéis e lugares ao ter a filha enunciada como namorada do pai e, via de consequência, rival da mãe:

Aí a mais nova nasceu e eu percebi que ele começou a ter um carinho excessivo pela minha outra filha. Tudo era ela... ele começou a ter um CARINHO assim grande por ela, como já era... Mas como eu não conseguia, eu precisava da ajuda dele pra cuidar da mais nova... No início, quando a mais nova era recém nascida, ele sumiu. Quando a caçula foi ficando maiorzinha, ele começou a visitar minha casa novamente e foi aí que eu percebi o carinho excessivo, às vezes ele dormia na minha casa... E ele queria dormir junto com ela, queria dar banho nela, ele falava toda hora “sua mãe não é minha namorada, não, você que é... você é minha namorada, minha princesinha linda”. E na hora de dormir ele agarrava ela, dormia de conchinha... (...) E ele falava que eu tinha ciúmes dela: “ah, sua mãe vai ficar com ciúmes”. E eu não tinha ciúmes da minha filha, nunca tive. (Mãe A)

Neste fragmento torna-se expressivamente claro o processo que engendra as condições para que o abuso se instaure e se mantenha, ensejando o vislumbre do gradativo estabelecimento de uma tergiversação que, a um tempo, de certa maneira o anuncia e, justamente ao fazê-lo, desautoriza sua significação como tal, uma vez que, se disso se tratasse, o pai não abordaria essa questão de forma tão aberta na presença de sua parceria sexual e mãe da criança. Uma vez não denunciado de imediato esse ardil, o mesmo termina por se constituir em necessário não dito e não pronunciável, potencializando sua força na retroalimentação do segredo familiar (Thouvenin, 1997; Gabel, 1997).

De maneira complementar a essa dubiedade de papéis, Minuchin (1982) também ressalta um outro aspecto indicativo de formas de funcionamento da dinâmica familiar que concorre para estabelecimento e manutenção de relações em bases que não contribuem para a saúde de seus integrantes, qual seja, a existência de coesão excessiva traduzida em níveis exacerbados de impermeabilidade a interações e influências externas. Tal forma de organização, descrita de forma recorrente como característica de famílias com ocorrência de abuso sexual intrafamiliar de crianças (Sgroi, 1982; Furniss, 1993; Lamour, 1997; Oliveira, 2007; Perrone e Nannini, 2007), emerge na narrativa de uma das mães em momentos diferenciados do ciclo vital familiar. Ainda no período de amamentação, a mãe relata que:

uma vez ele falou que eu não ia sair de casa com a menina e esmurrou a parede do lado... Eu tava sentada amamentando, na briga ele esmurrou a parede assim atrás de mim e eu amamentando. (Mãe C)

Com a filha um pouco mais crescida, a mesma mãe informa novo episódio de tentativa de imposição de isolamento social, informando que:

[em outra ocasião] ele fez o maior escândalo em frente à casa dos padrinhos dela porque eu fui lá com a menina. Foi tanto que preferi pegar as coisas dela e voltar pra casa com ele. (Mãe C)

E, por fim, com o bebê contando seis meses e a mãe buscando retomar o exercício da profissão e com a conseqüente ampliação de sua sociabilidade e independência, as manifestações em oposição se exacerbam:

Aí foi que ele piorou... eu contratei uma babá pra tomar conta dela, porque ela já tinha seis meses, e eu ia correr atrás de emprego. E ele queria que eu virasse dona

de casa e eu falei “sou formada tanto quanto você e com mestrado, eu vou correr atrás, eu vou continuar trabalhando, esquece isso”. (Mãe C)

Os elementos até aqui discutidos visavam a caracterizar as bases sobre as quais se organizavam as famílias antes da alegação de abuso sexual, dada sua relevância na conformação do ambiente favorável à sua ocorrência. A falta de limites bem estabelecidos e a indistinção entre os subsistemas familiares (Minuchin, 1982; Bronfenbrenner, 1996), como pode ser observado nas narrativas das mães, em muito contribuem para o surgimento de vínculos e alianças em que conjugalidade e parentalidade se confundem, interpenetram e diluem ao ponto de interações, sob outras condições inadmissíveis, tomarem contorno de inócuas se não de quase necessárias.

Essa dinâmica, ao se instaurar e reificar ao longo do ciclo de vida familiar, além de colocar as bases para a interação sexualmente abusiva, possui o efeito de reduzir significativamente as possibilidades de ruptura do segredo, favorecendo a continuidade do abuso que, por sua vez, reifica a imposição do silêncio em um círculo perverso de retroalimentação das relações e da coesão familiar em torno a aspectos destrutivos (Furniss, 1993; Gabel, 1997). Em tal contexto, a possibilidade de evolução da dinâmica de abuso sexual para a etapa da revelação (SgROI, 1982a) conhece significativa constrição sem, contudo, ser totalmente impedida, o que pode ser expressão da concorrência entre aspectos destrutivos e construtivos no interior da família.

Na seção seguinte abordaremos o contexto de instalação da crise familiar, precipitada pela eclosão da revelação, tal como foi possível apreender das narrativas das três mães.

4.2.3

Precipitação de crise (im)prevista: as famílias no momento da revelação

Na tentativa de compreender a crise deflagrada pela revelação do abuso sexual intrafamiliar, é preciso considerar inicialmente como e por quem se dá a

ruptura do segredo familiar. Além disso, também se faz necessário entender para que, ou seja, não se pode tomar por óbvio que o objetivo seja principal e exclusivamente a cessação do abuso ou mesmo a proteção da criança, conforme já discutido anteriormente, e em cuja complexidade, dentre outros aspectos, não se pode ignorar a existência de falsas alegações (Amendola, 2009) e da síndrome de alienação parental (Sousa, 2010).

Entretanto, é preciso ter em mente que a revelação do abuso não se dá abruptamente. Assim como a transmutação do silêncio – fundante como amálgama no estabelecimento de vínculos no interior do grupo familiar – em segredo – como elemento de coesão em torno de aspectos destrutivos – vai se operando e tomando forma gradativamente, também as condições de possibilidade de seu transbordamento para além das fronteiras familiares constituem um processo, em lugar de se configurar como uma espécie de acidente de percurso ou descuido de um de seus integrantes.

Como Furniss (1993) e Hamon (1997) nos demonstram, alguns sinais indicativos da interação abusiva vão tentando se fazer vistos e percebidos em um movimento relativamente lento, geralmente capitaneado pela criança vítima, a qual vai testando o ambiente aos poucos até que se sinta suficientemente segura para denunciar indícios de maneira mais contundente. Diversos desses sinais só podem adquirir tal conotação para os integrantes da família – tomados que se encontram pela dinâmica mesma que auxiliam, de formas e com cacifes e pesos distintos, a se instaurar – em momentos bastante posteriores, quando e se as intervenções externas, sobretudo profissionais, contribuírem para a consecução de algum nível de estranhamento e criticidade em relação ao funcionamento familiar.

Tal possibilidade de distanciamento, gradativamente, facilita a dissipação da cortina de fumaça erigida pelos silêncios aglutinadores e adensada por sua transmutação em imposição do segredo, muitas vezes resultando em atribuição de novos sentidos a episódios antes naturalizados, banalizados ou sequer percebidos como relevantes, tal como se pode depreender da fala de uma das mães ao afirmar que “desde o início ele já apresentava um caráter duvidoso, mas eu não percebia ou achava que podia relevar” (Mãe A).

O fato de os operadores dos diversos segmentos do SGD estarem cientes de tal processo em muito pode contribuir para reduzir o nível de autoexigência e a

consequente culpa que frequentemente ladeia essa possibilidade de ressignificação das interações familiares, sobretudo presente no discurso das mães. Pelo tanto que, por força de atuação do *habitus*, esse lugar encerra expressiva cobrança de proteção inequívoca e total de sua prole – conforme nos demonstra Morgado (2001) –, essas mulheres facilmente são conduzidas a uma ideia de que, mesmo sem os elementos de análise e compreensão que hoje lhes foram disponibilizados, tinham a obrigação de ter percebido e desvelado a interação abusiva. A autoimagem tende a sofrer severos ataques, como se pode constatar na narrativa abaixo:

O menino [filho mais novo] tava precisando de tratamento, mas eu também, porque estava muito estressada e desesperada. Então a psicóloga dele me recomendou outra psicóloga pra mim. Fui lá, fui muito bem recebida e contei toda a minha história e as dificuldades com o casamento e ela, que era muito sábia, me falava “toma cuidado com a menina”, e eu não entendia o que ela estava querendo dizer, de tão burra que eu era, uma idiota completa. (Mãe B – grifo nosso)

Esses níveis de culpa e autoexigência constituem elementos que, ao serem subestimados pelos operadores do SGD, importam em perda de oportunidade ímpar de fortalecimento da figura parental não abusadora e que, deste lugar, poderá desempenhar papel central no processo de reorganização familiar após a revelação. Furniss (1993) em muito adverte para a necessidade de clareza na argumentação dos profissionais incumbidos das intervenções junto a essas famílias, justamente como demarcação de importante contraponto ao tipo de comunicação difusa e dúbia estabelecida entre seus integrantes, em consonância à dinâmica fundada no segredo em torno do abuso sexual.

Uma das mães, ao narrar o processo de precipitação da crise e ruptura do segredo, recupera uma advertência de membro da família extensiva como forma de autorrepreensão por não ter sido mais efetiva na proteção imediata da filha aos primeiros sinais de que algo “estava errado”:

Nessa confusão toda, ela [a filha por volta dos seis meses] sempre com muita alergia e todo mundo dizia que era a fralda... Eu troquei por tanta marca de fraldas, até que a minha tia, que é pediatra dela, chegou pra minha mãe e falou “eu acho que essas alergias dela estão muito estranhas...” (...) As vezes que ela saía sozinha com ele, que eu não conseguia que ele levasse a babá, ela voltava três vezes pior da alergia dela, e aquilo já na minha cabeça (...) “porque a semana toda eu conseguia curar a alergia dela, e ela saía sem nada, sem nenhum vermelhinho no bumbum, sem um vermelhinho na perereca, sem nada”... Apesar daquele negócio na minha cabeça, eu ainda não acreditava que ele pudesse fazer isso, eu achava que era

desleixo, porque tem homem que não sabe cuidar de filho. (...) Por fim, ela começou a falar assim... de segredos, da brincadeira do sapinho... E eu falei “que brincadeira é essa, de onde você arranhou essa brincadeira?”... e ela respondeu “não, é segredo, mamãe”... uma palavra que ninguém ainda tinha utilizado com ela. Então ela começou com umas palavras, com umas atitudes diferentes, que não era do cotidiano dela... (Mãe C)

As formas pelas quais se deu a construção da conjugalidade na história de vida de cada uma dessas mulheres, com maior ou menor centralidade na definição de seu lugar e de seu status no mundo – e, em especial, no âmbito de suas linhagens paterna e materna de origem –, o tipo de perspectiva de vida que é possível vislumbrar para além da relação conjugal e a intensidade dos vínculos estabelecidos entre o alegado autor e a suposta vítima constituem fatores de grande relevância na conformação de contextos mais ou menos favoráveis a “não poder ou querer acreditar” na ocorrência do abuso. O dimensionamento da crise que poderá se instaurar e a efetiva possibilidade ou iminência de desagregação do grupo familiar constituem apenas alguns dos elementos a serem considerados como importantes intervenientes a colocar limites à possibilidade de desvelamento do abuso.

Como parte constitutiva dessa dinâmica, todos os integrantes da família ficam em grande parte impossibilitados de perceber os sinais de abuso ou, ao menos, de significá-los claramente, por vezes chegando a se sentirem culpados ou “sujos” por imaginar algo como uma interação abusiva e incestuosa por ter aquele que deveria ser o guardião da respeitabilidade familiar envolvido como autor.

De forma similar, as tentativas inicialmente dúbias, imprecisas e vagas de revelação – geralmente por iniciativa da criança vítima –, através de comentários isolados e aparentemente fora de contexto ou de indícios comportamentais, também tendem ao fracasso, visto concorrerem para sua não percepção fatores muito fortemente arraigados na cultura, evidenciando mais uma vez a força de atuação do *habitus*, que conforma modos de perceber, significar e agir dos agentes de determinado campo (Bourdieu e Wacquant, 1992).

Por vezes, os discursos de justificação recorrem a racionalizações totalmente equivocadas e firmadas em bases de desconhecimento e preconceitos. Um deles diz respeito à imagem comumente associada a um suposto perfil do autor de abuso sexual de crianças como sendo extremamente violento, mentalmente perturbado e

socialmente inadaptado (Schmickler, 2001; Habigzang e Caminha, 2004). Foi isso o ocorrido no caso dessas famílias, uma vez que os alegados autores de abuso foram descritos de maneira bem distinta desse suposto perfil:

Mas na época, pra mim, eu ficava “meu Deus, que pensamento horrível eu tô tendo... eu tô achando que ele tá tendo desejo pela minha filha... como é que eu posso pensar isso? Que mãe horrível eu sou”. (Mãe A)

Era alguém com quem eu tava vivendo, que eu confiava. Um dia minha filha falou que tava sentindo umas coisas que eu não entendia, mas já era com ele. (Mãe B)

E eu “mas, mãe, ele gosta dela, não pode ser isso, não pode”. (...) Do fundo do meu coração... não acreditava que isso podia acontecer, e eu gostava dele, eu casei com ele porque eu gostava dele... eu falei assim “não pode ser isso, uma pessoa sensata, instruída não pode estar fazendo nada disso”... na minha cabeça eu sempre duvidei... (Mãe C)

Podemos constatar, nos fragmentos acima, as três dimensões do segredo a que se referem Perrone e Nannini (2007). Primeiramente aquilo que não se pode expressar em palavras, à medida que o léxico não dispõe de nada que lhe possa corresponder em intensidade e magnitude, portanto inexoravelmente reduzido e esvaizado seu significado, ao que os autores denominam o indizível. A segunda dimensão diz respeito ao inominável, algo a que não se pode atribuir um nome não só pelo seu paroxismo, mas também pelo que tem de inqualificável, confuso e difuso, para o que não se pode encontrar a palavra certa ou, nos termos dos autores, o que é inominável.

Essa proposição, que à primeira vista pode parecer meramente retórica, serve-nos para dimensionar a complexidade de fatores e as dificuldades implicadas no processo de ruptura do segredo em casos de abuso sexual intrafamiliar de crianças. Para além da necessidade de ultrapassar resistências internas, subjetivas e vinculares próprias à imagem paterna e à sua importância na vida familiar e na da criança vítima, vêm assomar os limites do repertório linguístico disponível para comunicação exata da experiência que se quer enunciar. Tanto mais se considerarmos que, dependendo do estágio de desenvolvimento cognitivo, tais dificuldades são tão potencializadas que assumem status de quase total impossibilidade, ainda havendo de se considerar que as pessoas de relativa confiança e proximidade – as quais em geral dispõem de “chaves de leitura” para compreender as idiossincrasias da expressão verbal e não

verbal daquela criança específica – são justamente as que reúnem as mais desfavoráveis condições para admitir a veracidade de uma alegação de tal ordem.

Por fim, em um nível mais consciente de dificuldade de expressão da revelação, situa-se o que os autores denominam o inconfessável, para o que concorrem elementos tais como culpa, vergonha ou autocensura. Em uma das narrativas, muito relacionada ao elevado grau de idealização da própria família extensiva, essa dimensão se fez bastante presente:

Eu não podia me abrir com a minha família... porque era um fato vergonhoso para uma família honesta, boa, decente como era a minha, sabe? Minha avó.... Como eu ia trazer uma... DESGRAÇA dessa pro conhecimento dela, pessoas tão PURAS... que não deviam nunca saber de coisas tão... tão... SUJA, né... tão ofensiva... e aí eu tive que aguentar aquilo sozinha, só com minha mãe... (Mãe A)

É importante salientar a aliança que se estabelece entre esta mãe e sua própria mãe, tanto mais ao se considerar o seu discurso anterior de relativo abandono por ambas figuras parentais, que a teriam preterido em favor de suas novas relações amorosas, após a separação do casal. Por outro lado, não há como não remeter à imagem idealizada da mãe como aquela que tudo perdoa, compreende, aceita e releva (Badinter, 1985; Morgado, 2001), estando diuturnamente disponível para dar suporte à prole, tanto mais em uma situação na qual o que está em jogo é justamente a efetividade da proteção posta em curso por uma outra mãe em defesa da filha. Em suas palavras, temos que:

minha mãe era a única pessoa com quem eu tinha conversado sobre isso... Eu falava “mãe, você não vai abrir a sua boca pra falar de nada disso que aconteceu com sua neta, que isso é muito humilhante pra ela...” (Mãe A)

Sobre o segredo incestuoso, Hamon (1997) postula que o mesmo implica em tripla violação da lei. Dentro de uma perspectiva psicanalítica, o autor ressalta sua violação no nível simbólico, pelo fato de o transgressor ser precisamente aquele que deveria exercer o papel do terceiro na relação simbiótica e de interdição da pretensa realização ilimitada do desejo infantil, instaurando a lei ao impedir a interação incestuosa com a mãe; em um nível moral, em função do estatuto de tabu ao qual foi erigido o incesto na quase totalidade das sociedades contemporâneas; e, por último, no nível social, vez que os tratados internacionais de proteção aos direitos humanos, aos quais os países ocidentais em sua ampla maioria aderiram, interdita explicitamente tais práticas. A ciência acerca desse

enquadramento concorre ainda mais para exacerbação dos sentimentos de culpa e vergonha mediante a possibilidade de que a alegação se torne de conhecimento público.

Esses são alguns dos fatores que influenciam a instauração do que Minuchin (1982) denomina crise familiar imprevisível, ato contínuo ao transbordamento do segredo para além das fronteiras do grupo familiar, o que estará a exigir intervenções muito bem qualificadas a fim de não contribuir, de imediato, com as já previstas tentativas de supressão a serem deflagradas pela família. Nesse momento crítico, a família precisará contar tanto com seus próprios recursos como aqueles a serem disponibilizados pelo SGD para intentar a administração da situação conflitiva.

Como enfatizado por diversos autores (Furniss, 1993; Hamon, 1997; Lamour, 1997; Thouvenin, 1997), à crise familiar – via de regra e devido à intensidade dos conflitos, demandas e responsabilidades envolvidos no processo de intervenção em tais casos – corresponde também uma crise no sistema de proteção e responsabilização; donde a imprescindibilidade de ciência por parte dos operadores do SGD, do alto potencial ansiogênico dos casos de alegação de abuso sexual intrafamiliar de crianças para aqueles que possuem, como atribuição legal e profissional, a responsabilidade de intervir em momentos de acentuada crise familiar e pelo que se tornam, em muito, sujeitos à captura pelo conluio em torno do segredo.

Equívocos no manejo dessa crise profissional tendem a resultar em graves danos secundários para a família, em especial para as crianças vítimas, possibilidade essa que pode ser significativamente reduzida pela existência de um eficiente sistema de referência e contrarreferência entre os diversos segmentos do SGD. A configuração de um funcionamento efetivo em rede, cada qual, de seu lugar específico e distinto, pode contribuir para o estabelecimento de um distanciamento ótimo dos profissionais envolvidos no processo interventivo em relação à reprodução da dinâmica familiar.

Ao se dar a revelação do abuso, a dinâmica familiar será fortemente impactada pela impossibilidade de manutenção de seu funcionamento nos termos até então mantidos. O segredo, antes claramente partilhado apenas pelo autor e pela vítima – embora em alguns casos a mãe também o saiba, geralmente a vítima

disso não tem conhecimento –, o que, segundo Hamon (1997), lhes confere poder sobre os demais integrantes da família, agora começa a ter seu conhecimento ampliado, até mesmo para agentes externos ao grupo familiar. Com isso, ocorre ameaça à integridade da família, com possibilidades de desagregação do grupo, com todas as perdas objetivas e subjetivas daí decorrentes.

Dependendo do quanto se tenha ou se vá adquirindo da dimensão das referidas perdas, maior ou menor força será posta em movimento no sentido de promover a supressão da alegação de abuso e a correspondente reificação do segredo. Como esse processo de redimensionamento das consequências da revelação vai se operando gradativamente, sua influência sobre os movimentos da fase que aqui iremos designar de depois da revelação – porque centrada na reorganização da vida familiar – e seus desdobramentos tenderão a se dar em duas imbricações distintas: uma caracterizada pelo momento imediatamente posterior à ruptura do segredo e outra deflagrada tão logo esteja debelada a intensa crise inicial.

Com a instauração crescente do segredo, este passa a operar como uma regra de imposição do silêncio. O segredo é o silêncio exacerbado pela impossibilidade de ser rompido, é o silêncio que perde sua característica polissêmica e fértil de movimento dos sentidos (Orlandi, 2007), tornando-se aprisionamento, emudecimento, anulação do outro (Lamour, 1997).

De forma complementar, esse segredo desempenha também papel de destaque na vida psíquica da criança, não sendo possível ignorar os efeitos decorrentes da realização concreta das fantasias edípicas, com todo seu componente de rivalização com a figura materna e o conseqüente sentimento persecutório quanto a possíveis retaliações, dentre as quais a de perspectiva mais catastrófica tende a ser o medo quanto à perda do amor da mãe (Thouvenin, 1997).

Muitos sentimentos ambivalentes entram em cena, oriundos de todos os integrantes da família, tanto em relação ao autor, como também à vítima e à mãe. Não se pode perder de perspectiva que as formações vinculares e as alianças engendradas ao longo do ciclo familiar – envolvendo fratria, casal e figuras parentais em suas relações ímpares com cada filho ou filha – restarão fortemente abaladas, gerando sensação de traição por parte da mãe ou pai e dos irmãos e

sentimentos hostis carregados tanto para o autor como para a vítima, embora de naturezas e intensidades distintas (Furniss, 1993; Gabel, 1997; Hamon, 1997). A mãe poderá experimentar muita culpa por não ter sido suficientemente protetora com a filha, mas, ao mesmo tempo, percebê-la como uma rival desejada por seu parceiro sexual:

Eu achava tão bom ele ter cuidado com ela, ele ser um pai atento, presente... e ele começou a falar isso pra criança e me colocar como se eu fosse uma rival dela.
(Mãe A)

Dada a eclosão de tantas e tão intensas variáveis simultaneamente, Summit (1983) afirma que a revelação muitas vezes pode implicar mais em trauma que em alívio para a criança, pois que, além de se expor, com frequência tem de lidar com a falta de credibilidade que lhe é atribuída pelo discurso adultocêntrico. Além disso, ela ainda tem de lidar com as demais reações dos adultos e da fratria, quando há irmãos.

De acordo com Thouvenin (1997), agora não só todos os integrantes sabem da ocorrência do abuso, como também têm ciência de que todos sabem que todos sabem. Dessa forma, em princípio, a família terá de buscar alternativas para manutenção imediata de sua coesão, dada sua centralidade como referência para cada um. No entanto, como vimos anteriormente, a tentativa de reificação do segredo pode persistir em relação à família extensiva, sobretudo motivada pela vergonha da exposição pública da intimidade familiar e do julgamento externo de pessoas afetiva e socialmente significativas, com as quais se tem que conviver de forma mais ou menos recorrente. Essa preocupação se apresenta de maneira mais direta na narrativa referente à família A, quando a informante insta a própria mãe por diversas vezes a manter o sigilo dessa informação somente entre elas, não permitindo que a informação chegasse até seus avós e primos.

Vergonha, culpa, medo, incredulidade, desconhecimento ou “lugares comuns” socialmente construídos em torno de uma pretensa imagem ou perfil do “abusador” são importantes fatores a pressionar no sentido da retratação, termo utilizado pela escola francesa de psicanálise para nomear o processo a que Furniss (1993) denomina supressão.

De toda forma, aqui estamos falando da efetiva eclosão de algum elemento suficientemente contumaz de tal ordem que os processos de negação e

racionalização até então postos em curso já não mais se mostram eficientes para a contenção do segredo. Com isso, estão colocadas as condições de possibilidade para comunicação mais direta e clara de sinais e sintomas que ensejam suspeita ou confirmação de abuso sexual intrafamiliar, conforme pode ser observado no seguinte fragmento de narrativa:

Quando a mais velha retornou um dia da visita, disse que o pai tinha dado um abraço de xixi. Muito sem graça, ele não ficou nada no apartamento nesse dia, desconversou e foi imediatamente embora. Mais tarde, quando fui ajudar a menina no banheiro, percebi sangue na calcinha. Aí ela, de cabeça baixa e triste, disse que foi o papai, quando ela dormia com o pai. Então eu fui na delegacia mais perto da minha casa e a delegada me atendeu muito bem e me orientou a ir na DCAV. Lá, através de um psicólogo, ela fez a primeira avaliação, sendo ouvida algumas vezes, até que o psicólogo ficou doente e teve que interromper o atendimento. (...) E ela não tinha sido molestada só uma vez... depois de muito tempo... eu tomei coragem e perguntei pra ela se ele já havia feito isso outras vezes com ela, ou se foi só aquela vez... e ela disse que ele já tinha, que ele sempre fazia... (Mãe A)

No caso da família B, a informante não quis entrar em detalhes sobre o conteúdo da alegação de abuso feita por sua filha, o que foi, por nós, respeitado, visto não constituía informação fundamental para os objetivos da pesquisa. Isso porque, a despeito dessa restrição, a mãe forneceu as informações essenciais que caracterizam o corte pela família estabelecido entre um antes e um depois, demarcando o momento em que a ruptura do segredo (Furniss, 1993) provoca movimentos de sentido no silêncio instaurado (Orlandi, 2007) e, em ato contínuo, o aumento da permeabilidade familiar a intervenções externas (Minuchin, 1982). Assim, a mãe narra que:

até que um dia a menina me falou o que ele fazia e eu fiquei assustada. (...) Logo que a menina me falou e eu disse que ia na delegacia e no Conselho Tutelar, ele se mandou. De vez em quando, aparecia e tentava falar que era mentira. Mas voltar pra casa, de jeito nenhum. (Mãe B)

No caso da família C, já se faz presente um movimento que parece evidenciar a necessidade de recorrer à descrição de detalhes como uma forma de demonstrar de maneira clara os indícios presentes no momento da revelação inicial do abuso. Isso talvez se deva ao fato de, conforme veremos mais adiante, ao discutir as consequências de médio e longo prazos para as famílias, neste caso a mãe ter significado parte expressiva das intervenções dos operadores do SGD como tendenciosa na proteção do alegado autor, redundando em recorrente descrédito de suas suspeitas. Ao narrar o episódio que demarca a impossibilidade

de prosseguir duvidando de suas próprias desconfianças em relação ao ex-marido, ela relata que:

Minha filha chegou em casa e ele me entregou ela do colo na portaria, porque ele não subia na minha casa... Quando eu botei ela no chão, vi que ela estava andando de perna aberta... Quando perguntei, ela disse “mamãe, eu não consigo fechar a perna, tá doendo muito”. Aí eu tirei a roupa dela e ela estava em carne viva, os lados da coxa, os grandes lábios... foi a pior cena da minha vida... eu fiquei desesperada e ela dizendo “mamãe, tá doendo, tá ardendo”. (...) Aí finalmente minha ficha caiu... “ele tá fazendo alguma coisa com ela”... Paguei um pediatra particular, que eu queria ter certeza de que não era nada da minha tia, que foi na minha casa, e perguntei o que minha filha tinha... E a resposta, após perguntar se eu queria a verdade, foi “sua filha está machucada por fricção”. (Mãe C)

Nesse momento de eclosão da crise, no que se refere à atuação inicial do SGD, espera-se que os segmentos que o compõem efetivem suas intervenções no sentido de minimização da ansiedade e da relativa “histeria” causada em quase todos os envolvidos, aqui incluídos os próprios operadores da rede de proteção e responsabilização (Furniss, 1993). Furnis ainda adverte para a necessidade de não perder de vista que as intervenções em casos de abuso sexual de crianças exigem manejo interinstitucional, dada a complementaridade entre ações de cuidado ou terapêuticas e aquelas relativas ao cumprimento da lei, ao estabelecimento positivo, judicial, do direito violado, dimensões essas que abarcam ampla diversidade de segmentos do SGD.

Furniss (1993), ao que fazem coro Crivillé (1997) e Hamon (1997), insiste em demarcar a possibilidade de recaída imediata no segredo por parte da família, a qual pode ser em muito potencializada pela fantasia de onipotência de qualquer dos segmentos do SGD, ao imaginar poder “dar conta sozinho do caso”. Tal procedimento costuma contribuir para reificar o segredo, promover a desproteção da criança e desperdiçar oportunidade ímpar de disponibilizar à família ferramentas para que a mesma, em querendo e podendo, busque sua reorganização em termos mais construtivos para seus integrantes (Furniss, 1993; Crivillé, 1997; Oliveira e Fernandes, 2007).

Na compreensão desse momento de crise imprevisível para a família, mas que tende a instaurar expressivo desconforto também nos profissionais responsáveis pelas intervenções no caso, é importante demarcar que, em consonância à argumentação por nós construída ao longo desta tese, consideramos central não perder de vista alguns elementos de contextualização e significação do

que pode estar em jogo com a “decisão” de tornar o segredo familiar de conhecimento “público”.

Por entender a instauração e a continuidade do abuso sexual intrafamiliar de crianças como importante elemento de coesão do grupo familiar, que exerce papel de destaque na manutenção de vínculos e alianças que asseguram relativo equilíbrio à sua organização e funcionamento, situamos a ocorrência da revelação como um indício de que o abuso já não mais cumpre suficiente e satisfatoriamente o papel para o qual se instaura. Assim, consideramos que a revelação se torna possível devido a um contexto no qual, por motivos diversos e específicos a cada grupo, as famílias já não conseguem dar conta de manter sua coesão se utilizando “apenas” de seus próprios recursos.

Por último, porém não menos importante, cabe ressaltar que não estamos aqui postulando que a cessação da interação abusiva não encerre um dos objetivos de deflagração da revelação; antes disso, reiteramos que reduzi-la a esse absolutamente relevante e por si só justificável objetivo significa subestimar tanto a complexidade dos conflitos por ela denunciados como reduzir o escopo de atuação do SGD, que pode em muito potencializar a crise como momento especialmente propício a um salto de qualidade nos padrões de relacionamento e vinculação até então estabelecidos no âmbito familiar.

Ao não reduzir a compreensão da demanda ao conflito referente à concorrência de direitos entre um adulto – alegado autor – que possui ascendência sobre uma criança – alegada vítima –, buscando desvelar o quanto este diz respeito diretamente a todos os integrantes do grupo familiar, consiste em atuar tendo como perspectiva a família como unidade e em sua totalidade. Buscar escapar à redução deflagrada por uma abordagem centrada exclusivamente na díade algoz-vítima, sem com isso subestimar as especificidades desse vínculo perverso e seus danos, sobretudo para a criança, em muito pode contribuir para identificar e potencializar os elementos de resiliência da família em questão.

No momento da ruptura do segredo, a composição familiar era distinta: na família A, o casal parental nunca chegou a estabelecer efetivamente uma relação conjugal; na família B, o abuso ocorreu ainda na vigência da união dos parceiros; e na C, somente após sua separação.

Como vimos tomando por certo que a revelação do abuso sexual pode encerrar objetivos ou expectativas múltiplas em um mesmo grupo familiar, não podemos deixar de considerar que o nível de vinculação existente entre o casal no momento em que a mesma se dá constitui fator minimamente relevante. Quanto a isso – novamente ressaltado que dispomos apenas da narrativa de uma das integrantes da parelha –, consideramos que o aspecto mais relevante a ter em conta reside na vinculação tal como expressa por essas mulheres – em termos de seus respectivos investimentos afetivos na manutenção ou não da conjugalidade com os alegados autores, aí incluído o valor que atribuem ao casamento em si –, dado ser esse um forte condicionante da maior ou menor ambivalência no processo de gradativa admissão de ocorrência do abuso ou tentativa de supressão da alegação.

Assim, o que percebemos, por parte da mãe A, é uma expressiva valorização do fato de ter um companheiro a seu lado e uma correspondente tristeza diante da impossibilidade de realização desse projeto com o pai de suas filhas; na família B, a conjugalidade já frágil se rompe com a eclosão do segredo, evidenciando uma postura materna protetora desde o primeiro momento; na família C, em que pese a desconfiança anterior, a revelação também se efetiva após a separação, com a mãe passando a viver em função da reafirmação de sua ocorrência e da proteção da filha.

Demarcados os momentos nos quais cada família situa a ruptura do segredo em seu ciclo vital, procederemos à análise de seu processo de resignificação gradativa do abuso sexual e de reorganização interna, para o qual concorrerão tanto seus próprios recursos como as intervenções levadas a cabo pelos integrantes do SGD, legal e legitimamente autorizados a subsidiar aquele processo.

4.2.4

Enfrentando a crise e reorganizando a vida: depois da revelação

Sob alguns aspectos, a análise relativa ao depois toma por referência certas dimensões discutidas no período por nós designado e caracterizado como antes. Isso porque nosso objetivo consiste em buscar compreender as consequências da ruptura do segredo para a organização familiar em termos de composição ou estrutura e de dinâmica familiar – esta compreendendo relações, vínculos e alianças estabelecidos entre seus integrantes –, tal como inicialmente caracterizados em seção anterior desta tese.

Do conteúdo das narrativas depreendemos que o depois pode ser pensado em ao menos dois momentos relativamente distintos. Um primeiro caracterizado por acentuados níveis de perplexidade, dúvidas e desorganização objetiva e subjetiva do sistema familiar, com seu início demarcado pelos dias que sucedem as primeiras, emergenciais e, por vezes, impulsivas providências decorrentes da revelação, esta última tendo sempre por referência a demarcação temporal e episódica tal como identificada por cada família. Já o segundo momento, que abordaremos de forma mais detalhada posteriormente, refere-se a uma etapa mais tardia, em que as intervenções externas já perderam o caráter de urgência ou, por vezes, cessaram, e a família, de maneira mais gradativa e menos premida por pressão interna ou externa, começa a consolidar seu processo de reorganização.

Em relação ao primeiro momento, na família B tal processo é deflagrado mediante a primeira menção explícita feita às interações abusivas pela filha; na família C, embora haja alguns episódios que geram desconfiança, a ruptura do segredo é situada pela mãe especificamente quando da ocorrência de uma fala da criança acompanhada de contundente sinal físico; na família A, a revelação é situada em fala explícita de uma criança expressivamente mais velha em relação às outras duas – com dez anos, à época – e, portanto, dispondo de melhores recursos linguísticos para expressar a suposta interação abusiva, o que termina por lhe conferir, da parte dos adultos, relativa credibilidade em contraste ao usual descrédito atribuído à revelação feita por crianças pequenas.

Diversos autores (Furniss, 1993; Gabel, 1997; Cromberg, 2001; Oliveira e Fernandes, 2007) referem à reação das mães, no momento imediatamente após a revelação, como podendo assumir duas direções básicas e opostas. Uma delas ocorre no sentido de total descrédito com relação aos sinais, o mais das vezes consistindo em uma alegação da própria criança e alegada vítima, resultando no processo denominado por Ferenczi (1992) como denegação. A segunda direção consiste na adoção de comportamento protetor, importando em busca de auxílio externo em algum integrante do SGD – ou, no caso de desconhecimento acerca da rede de proteção e responsabilização, a outro agente externo que represente referência de suporte para a mãe –, mesmo que ainda permeado pela consideração da possibilidade de se tratar de uma interpretação equivocada da interação supostamente abusiva por parte da criança, e na expectativa de que algum agente qualificado possa lhe orientar acerca de como proceder para elucidar a situação.

No caso das três mães entrevistadas, podemos constatar que elas se enquadram nesse segundo grupo. Embora não intentemos esvaziar a dimensão de adequação de suas reações, cabe registrar que a forma de acesso aos e a seleção dos sujeitos da pesquisa empírica concorreu para tal convergência. O fato de as mães estarem em – ou terem passado por – acompanhamento em serviço especializado no CREAS permite inferir algum nível de adesão à proposta de intervenção e a consequente inexistência de negação veemente da procedência da revelação. De maneira complementar, também o critério de seleção, junto às equipes dos CREAS, de mães que reunissem condições satisfatórias de resiliência para não sofrerem danos secundários com a participação na pesquisa terminou por implicar na escolha daquelas que aderiram às intervenções de proteção da criança e da família, mais uma vez contribuindo para a convergência acima referida.

Em que pese a relevância de tais argumentos, o que se mostra central nesse processo para os objetivos desta tese é que, qualquer que seja o marco estabelecido pela família para situar o momento da revelação, a partir desta enunciação, do reconhecimento da admissibilidade de ocorrência do abuso por parte da família como grupo, é que tem início toda uma série de intervenções e providências por parte dos segmentos do SGD. Esse é um fator que, de forma alguma, poderia ser antecipado por nenhuma das três famílias e que possui um

potencial de incômodo igualmente difícil de ser dimensionado previamente à busca, por uma família, de suporte externo para enfrentamento da crise inicial.

Muitas vezes, como dito acima, por desconhecer os diversos agentes que compõem o SGD e as especificidades de suas atribuições, a família inicia seu circuito pelo sistema não exatamente pelo segmento mais adequado à intervenção e orientação inicial, como podemos constatar a seguir:

Eu soube num fim de semana e fui primeiro na delegacia normal, onde me mandaram ir na DCAV na segunda-feira. Lá eu fui bem atendida e apoiada. Me disseram que eu devia ter ido primeiro lá. O inspetor me tratou bem e orientou. (Mãe B)

Os grupos familiares tampouco podem antecipar a amplitude e diversidade de agentes a que terão de expor aspectos vários do âmbito privado de sua vida, bem como detalhes de suas relações internas. O necessário e expressivo aumento de permeabilidade à ingerência externa sobre a organização e o funcionamento familiar constitui uma espécie de crise adicional – analogamente aos efeitos colaterais de uma medicação – sem, com isso, significar qualquer garantia de que a família emergirá em condições melhores ao cabo das intervenções deflagradas.

Muitas das vezes, ao buscar suporte externo, as famílias podem se deparar com o descrédito de agente em posição de autoridade, humilhação da suposta vítima ou responsável – podendo estar referida na histórica desvalorização das mulheres e que pode resultar em discriminação baseada em desigualdades nas relações de gênero – ou falta de capacitação de profissionais em serviços de proteção, caracterizando manejo inadequado no âmbito do SGD, com importantes impactos sobre os usuários:

Eu sou acusada inúmeras vezes de estar inventando isso, esse fato... Então, a gente, as pessoas que passam por isso, elas são humilhadas... não só pelo fato que aconteceu, pelo crime, mas elas são humilhadas **CONSTANTEMENTE**.. pelas autoridades policiais, que dizem que você mente, que você tem ciúmes... No trabalho dele, quando eu tive de levar ao comandante o que estava acontecendo e outros casos que aconteceram depois, de agressividade... E... o próprio defensor que me atende na Vara de Família chegou a... colocar várias vezes em dúvida a minha palavra dizendo “essa historinha que você conta”, “se é que isso que você fala é verdade”. Então, você se sente um lixo, você é humilhada, é obrigada a rastejar, a implorar... implorar que alguém faça uma coisa que é seu direito... e ninguém faz nada, então acaba sendo normal “Ah, molestou, o pai molestou... não matou, então aguarda ali na fila”, como se fosse assim. Então, é muito sofrido porque... a gente ver tudo isso. (Mãe A)

Este período que sucede imediatamente à revelação, e que optamos por qualificar como um primeiro momento no processo de reorganização familiar, também conhecerá duração e dinâmica muito distintas em cada família, conforme a disponibilidade e amplitude dos recursos próprios com que pode contar, bem como a maior ou menor adequação e efetividade dos agentes diversos do SGD no exercício de suas atribuições e no estabelecimento de relações e vínculos com os integrantes da família.

Nesse momento, via de regra, a figura materna adquire lugar de preponderância (Furniss, 1993), tanto por constituir a responsável legal pela criança vítima como pelas expectativas sociais e da própria mãe em relação a seu papel protetor de sua prole (Badinter, 1985; Morgado, 2001) – ainda que, ou principalmente, em tais situações o exercício dessa função implique em necessidade de confrontação e enfrentamento da outra figura parental (Hamon, 1997).

Como, no caso da família A, o contexto implica em estar juntos e separados quase que de forma simultânea – dadas as idas e vindas, com alguns períodos de permanência do pai das crianças –, por vezes a compreensão que informa decisões de alguns segmentos do SGD colide com aquilo que a mãe, sentindo-se responsável pela proteção de suas filhas, considera adequado ou mesmo “justo”. O fragmento abaixo retrata uma dessas situações, em que o Poder Judiciário, ao reconhecer e preservar o direito do pai à visitação de suas filhas, produz significativo impacto sobre as relações do casal parental, bem como da mãe com as crianças:

Depois de um tempo ele exigiu e conseguiu a visitação... e aquilo eu ficava apavorada, eu não dormia... e eu tinha que entregar... e aí eu comecei a cobrar dele qualquer coisinha que acontecia. E sempre que elas chegavam eu perguntava “foi tudo bem? O papai mexeu em vocês?” Ensinava já pra pequenininha “o papai mexeu na pererequinha?” (Mãe A)

Esse período, conforme dito anteriormente, é fortemente marcado pela intensidade dos processos de ressignificação do abuso, quando os familiares começam a se cobrar por não terem percebido “o que realmente ocorria” em alguns episódios ora redimensionados à luz da revelação do abuso, muito embora antes da revelação fosse praticamente impossível imaginá-los como interação abusiva.

Movimentos desse tipo, que importam em forte carga de culpa por parte da mãe, em parte visam a compensar a admissão da própria impotência em que se encontrava para proteger as filhas de sofrimentos (Sumitt, 1983), o que termina por impactar fortemente o narcisismo parental. Tanto essa visão idealizada de alcance protetor do propalado “amor materno” (Badinter, 1985; Morgado, 2001) como seu correlato e inconsciente narcisismo parental (Bowlby, 1998; Winnicott, 1999a, 2001) encerram, em sua conformação e atual acionamento pela situação crítica que se apresenta face à revelação do abuso, expressiva influência do capital cultural produzido e disponibilizado acerca da maternidade e da força do *habitus* como condicionante dos modos de perceber e interpretar o contexto e os fatos – só agora passíveis de nova significação, pela atuação de agentes externos à dinâmica familiar.

Expressão significativa de tais sentimentos constitui a autocrítica da mãe B quando se refere a si mesma como “tão burra que eu era, uma completa idiota”, por não ter compreendido uma indicação bastante difusa e indireta de uma psicóloga que lhe atendera e que se resumia a algo como “tome cuidado com sua filha”. Esse tipo de comunicação – marcada por dubiedade, imprecisão e tergiversação do assunto que se quer abordar – constitui exemplo daquilo que Furniss (1993) denomina espelhamento do funcionamento familiar, caracterizado pelo fato de um profissional terminar adotando, em sua intervenção junto à família, modos de comunicação muito conformes ao empregado na manutenção do segredo pela própria família, como expressão de sua captura pela dinâmica familiar. Vale registrar que a referida mãe, após acompanhamento pela equipe do CREAS, não conserva essa visão acerca de sua suposta falta de capacidade em compreender as implicações daquela frase descontextualizada, tendo redimensionado seu papel efetivamente protetor de sua filha e reconsiderado sua autoavaliação à época, conforme podemos depreender com base em outro momento de sua narrativa e que reproduzimos a seguir:

Uma vez ela tava em atendimento com a psicóloga e ele chegou lá e bateu na porta, mas eu disse que ele não tinha nada pra fazer ali e ele foi embora. Queria falar com ela pra ela provar que era mentira. Ela já encontrou com ele na rua e ficou assustada. Mas eu já falei pra ela não ter medo porque ela não fez nada de errado, foi ele quem fez. Eu falo “quando ele passar, tenta ignorar”. (Mãe B)

Esse é apenas um exemplo dos diversos conflitos subjetivos por que podem passar os membros da família não diretamente envolvidos na interação abusiva, notadamente a mãe, e que estão a exigir manejo adequado dos agentes do SGD, a fim de fornecer o suporte necessário para que a família possa exercer satisfatoriamente sua função de cuidado em relação a seus integrantes. Compreender a família como titular do direito à proteção por parte do Estado, através de políticas públicas efetivas e de qualidade, sempre que não dispuser de recursos próprios suficientes para dar conta da garantia dos direitos de seus membros (Benevides, 1998; Miotto, 2004), para além de cumprimento de norma constitucional, consiste em referência política, teórica e técnica indispensável à intervenção em famílias, em especial em casos que precipitam crises de dimensões tão amplas. Essa significação, por parte das famílias, de algumas intervenções como suporte adequado às suas necessidades fica evidente nos fragmentos que seguem:

O exame do IML durou coisa de dois segundos... Não foi mais que isso... Antes a médica brincou, brincou e depois falou “agora vamos olhar aqui”... foi coisa muito rápida, abriu, pra não constranger. (...) Também me senti assim [adequadamente cuidada] depois de vir parar aqui [no CREAS], que eu fui encaminhada pro Conselho Tutelar e do conselho pra cá. Eu falei “Agora, minha filha está fazendo um laudo sério... vai ter um acompanhamento bom”. (Mãe A)

O promotor foi uma luz na minha vida, porque me mostrou os caminhos e assumiu o caso criminal... se não fosse ele ter entrado na minha vida, eu não sabia nem por onde começar, podia ter sido muito pior do que isso. (Mãe C)

O Conselho Tutelar, antes de eu ir na delegacia de novo, me mandou para o CREAS. Aí a psicóloga e a assistente social fez um trabalho maravilhoso. Quando a gente volta lá, elas estão sempre tratando bem. Então eu agradeço muito o trabalho delas, porque quando eu tava na maior dificuldade... estas pessoas todas me tiraram lá do fundo e me puxaram. (Mãe B)

Ao mesmo tempo, as famílias também significam certas intervenções como mais como um obstáculo a ser transposto na busca por seus direitos e de exercício de sua função protetora em relação à sua prole. Referindo-se à experiência no âmbito da polícia judiciária, responsável pelo processo de investigação da procedência ou não do delito relatado, as mães A e B apresentam críticas quanto ao tratamento dispensado em casos que envolvem crianças e crimes sexuais, sobretudo no que se refere ao tempo de espera e à exposição a outras situações inadequadas à idade daquelas.

Além disso, ao relatar o atendimento realizado no IML, a Mãe A narra sua surpresa diante da postura da profissional que as atende, além de apontar para certos cuidados que parecem não ter sido tomados, como em relação à presença da filha mais nova durante o exame de corpo de delito, visto não haver local apropriado para deixá-la enquanto acompanhava a mais velha no procedimento. A mãe C também demonstra criticidade em relação aos juízos de valor constantes na argumentação da representante do MP:

Esperei terminar o ano, pedi a transferência, voltamos pro Rio... E aí a primeira atitude minha foi ir na DCAV e disse “olha, eu não estou tendo paz...”. Aquele policial nem estava mais lá – “eu dei falso testemunho, aquilo não foi verdade, o pai molestou sim, eu estou voltando pro Rio de Janeiro e quero que minha filha passe por avaliação”. Aí eu prestei um testemunho novo e os policiais ficaram surpresos com a atitude do outro policial e disseram que ele nunca poderia ter feito isso... (...) Onde seria, né, um lugar pra nos acolher, pra nos receber... foi totalmente o inverso, foi lá que tudo desandou... (pausa maior). (Mãe A)

Eu dei graças a Deus por isso. Mas, por este hímen não ter rompido, eu fui vista muitas vezes como mentirosa porque as pessoas só acreditam que houve o abuso se a criança tiver o rompimento. (...) Eu tirei as crianças [da sala de exame no IML] – porque a pequenininha também estava – e falei “doutora, e aí?”. Então ela disse que não tinha nada e eu disse “graças a Deus, mas que teve alguma coisa, teve, porque teve sangramento na calcinha e ela falou”. Ela até me olhou assim estranho. A partir desse momento foi o primeiro preconceito que eu vi, como se eu estivesse passando por mentirosa... Isso foi no IML. (Mãe A)

A menina fez exame de corpo de delito no IML... A primeira vez eu fui lá e fiquei o dia todo com ela. Na hora dela, mudou o plantão e me disseram que o papel da delegacia estava errado. Depois de esperar dez horas, não atenderam ela e mandaram voltar outro dia. Não adiantou eu dizer “mas eu tenho que trabalhar”... Tive que voltar na delegacia pra trocar uma palavra errada e aí fizeram o exame. (Mãe B)

E a louca era eu, porque a melhor advogada que ele teve foi a promotora de justiça, que disse que “o doutor fulano é de família nobre, com mestrado e doutorando, que a família é tradicional, não tem hipótese alguma de ele ter feito isso, ele tem todo o direito e... a senhora é uma histérica”... Eu era histérica, eu era louca, eu não podia abrir a boca, e ele era o Deus. (Mãe C)

Do que se depreende das narrativas dessas mães, cabe registrar o quanto as intervenções de alguns operadores do SGD podem estar permeadas ou mesmo embasadas em atitudes preconceituosas e em elementos de senso comum, dada a expressiva influência do capital cultural brasileiro (Bourdieu, 1992) sobre gênero (Almeida, 2007), infância (Azevedo e Guerra, 2000) e sexualidade (Durham, 1983; D’Ávila Neto, 1994) sobre seus discursos e ações, informando

procedimentos por vezes desrespeitosos e caracterizados pela falta de acolhimento do sofrimento e das angústias dos usuários, na condição de sujeitos de direitos (Benevides, 1998; Miotto, 2004).

Esse período logo após a ocorrência da revelação do abuso, em que os conflitos se expressam de maneira mais frequente, veemente e explícita – e que aqui designamos como de ressignificação do abuso, apesar de esta não constituir sua função exclusiva –, é caracterizado por acentuadas perdas, como é o caso do convívio entre a figura paterna e os filhos – não apenas a criança vítima do abuso, como no caso das famílias A e B, em que as alegadas vítimas possuem irmãos – e que pode representar, conforme relações e vínculos estabelecidos, sofrimento para ambas as partes.

Na família A, ao se referir à dinâmica familiar antes da revelação, a mãe argumentou que o pai sabia cuidar muito melhor das filhas que ela própria, o que nos autoriza a supor que a tal investimento em proximidade e cuidado deve corresponder uma sensação de privação atual por parte do pai, por estar afastado das filhas, como presente em sua fala:

Ele [o pai] é dois anos mais velho que eu. E ele era um rapaz bonito... Hoje ele nem está... está com uma aparência acabada... ele está, no fundo, sofrendo por isso, porque ele sabe que eu estou agora firme e vou até o fim... e vai ser difícil ele se reaproximar das filhas. (Mãe A)

Ainda em relação ao pai, não se pode ignorar a possibilidade de exposição pública ao julgamento social e moral que, nestes casos, costuma estar fortemente informado por aspectos morais que tendem a erigi-lo a categorias tais como monstro, predador, “tarado” e outras, que podem ser empregadas como que para encerrar ou aprisionar o incômodo a uma espécie de essência ou totalidade do alegado autor do abuso. Nessa dinâmica, mais uma vez, não se pode subestimar o impacto exercido por falsas alegações de abuso sexual (Amendola, 2009; Sousa, 2010), ainda que não intencionais e por vezes decorrentes tão somente de uma interpretação equivocada das interações pai-filha (Dias, 2007).

No que se refere à mãe, o depois também é permeado por várias perdas. Uma delas – que costuma ser frequentemente pouco mencionada, totalmente negada ou subdimensionada – diz respeito à possibilidade de perda de seu companheiro e parceiro sexual, muitas vezes ainda reverberando em

impossibilidade de estabelecer novas relações afetivas e sexuais. Quanto a essa dimensão vale ressaltar também a interveniência de aspectos morais do capital cultural brasileiro, conforme já anteriormente discutido, referente ao exercício da sexualidade e da maternagem como mutuamente excludentes (Morgado, 2001) ou, quando menos, com necessária e natural prevalência dos “instintos” relativos à segunda em relação à primeira – em que, paradoxalmente, pouco se utiliza a palavra instinto para designá-la, apesar de, neste caso, seu emprego não estar tão deslocado como decerto significa sua aplicação ao papel de mãe.

Durante sua narrativa, a mãe C nos pareceu bastante contundente na expressão dessa referida precedência da dimensão materna ou mesmo dessa pretensa mútua exclusão quando relacionada ao livre e concomitante exercício da vida afetiva e sexual, ao verbalizar que:

Com essa confusão, eu não consegui viver pra mim, eu vivi em função de minha filha. Não tenho namorado, não saio pra barzinho, não faço nada disso, ou seja, as pessoas que me conhecem dizem que abandonei a juventude, mas eu tenho consciência que eu fiz por uma boa causa, eu protegi a minha filha. (...) Mas agora eu estou me dando o direito de voltar a viver. Esta andança começou quando minha filha tinha dois anos e agora ela vai fazer doze... foram dez anos que eu parei e vivi em função da minha filha. (...) Abdiquei do meu doutorado, abdiquei da minha vida profissional naquele momento porque eu queria ser mãe. Então, se eu largasse a minha filha naquele momento, então eu estaria indo contra mim mesmo, por isso abandonei família, abandonei emprego, abandonei tudo em prol da minha filha. (Mãe C)

A força da dimensão materna, bem como a presença das representações a ela relacionadas, está presente nas narrativas das mães entrevistadas que, a fim de garantir a integridade física e/ou psíquica de suas filhas vítimas, não só abdicaram de diversas dimensões de sua vida – posto de trabalho, amor, residência, amigos, convívio com a família de origem – como também, como as mães A e C, mudaram de estado:

Com medo das ameaças de retaliação feitas pelo pai delas, minha família resolveu que a melhor solução seria eu mudar com minhas filhas para perto da minha mãe, em um estado do Centro Oeste. Aí minha mãe veio buscar as meninas, mas largou o marido dela doente e não podia ficar por muito tempo. Então a gente decidiu que não dava pra fazer as duas consultas que ainda faltavam para o psicólogo [da DCAV] terminar a avaliação, já que tinha que esperar ele [o psicólogo] melhorar de saúde, pois a criança tinha de ser preservada... e já estava com viagem marcada... Era aquilo: ou tudo ou nada. Então, ela levou minhas filhas e eu fiquei aqui preparando a mudança. (Mãe A)

Fui parar em outro estado, em uma cidade que na época não existia nem no mapa, de tão pequena. (...) Larguei tudo aqui no Rio, inclusive o trabalho, dei uma procuração pra minha mãe resolver qualquer pendência e fui pra lá com minha filha e meia dúzia de coisas na mala do carro da minha mãe. (Mãe C)

Tais consequências, provenientes, dentre outros fatores, do contexto em que a família se constitui e do peso social que lhe é atribuído como valor incontestado (DaMatta, 1986, 1987), podem ser em muito acentuadas pela falta de coordenação entre os diversos segmentos do SGD, em virtude da escassa efetividade da prática de referência e contrarreferência.

Essa realidade acaba por transformar a vida da família em constante atendimento a demandas dos agentes de proteção e responsabilização – conforme advertido por Miotto (1999), em muito como expressão das tensões envolvidas nas relações entre família e Estado –, o que pode ser agravado pela falta de recursos para locomoção e alimentação. Essa é uma realidade presente em muitas famílias brasileiras, principalmente – embora não de maneira exclusiva – aquelas monoparentais chefiadas por mulheres, como expressão das desigualdades de gênero (D'Ávila Neto, 1994; Hirata, 2002):

Porque eu perdi o meu trabalho, fui mandada embora, tava entrando em desespero, não me entenderam... Eu tinha que faltar pra cuidar da minha filha... era tanto lugar que eu tinha de levar ela... (Mãe B)

Entretanto, uma visão ampliada da intervenção junto à família, para além da intervenção na dinâmica do abuso sexual, pode por vezes contribuir para redução dos efeitos perversos dessa sobrecarga da agenda, resultante das intervenções do SGD, como evidenciado a seguir:

Eu tinha preconceito de aceitar o Bolsa Família, pois pensava que era só pra quem passava fome, era muito mais pobre que eu, mas o pessoal do CREAS me explicou direitinho e, depois de um ano, começamos a receber. (Mãe B)

Medo e insegurança são elementos também frequentes nas mães durante esse período, quer em decorrência de ameaças e pressões concretas e objetivas, dado que explícitas por parte do alegado autor, quer devido a experiências anteriores de violência conjugal na relação com tal homem, quer ainda por fantasias acerca do potencial de retaliação presente na situação.

As intervenções dos profissionais do SGD, ao não considerarem esses medos e inseguranças, podem contribuir para o retorno ao segredo, o que não aconteceu com as mães aqui entrevistadas, embora elas tenham vivenciado momentos de grande tensão e insegurança, como pode ser observado nos fragmentos que seguem, os quais ilustram tanto o medo advindo do comportamento violento já existente no companheiro como a força desproporcional social e culturalmente atribuída à relação homem-mulher:

Eu contei pra psicóloga. E o que ela fez? Contou para ele que eu tinha estado lá, tinha registrado queixa na polícia, que tinha ido no IML e aí ele me encontrou quando eu tava saindo do batalhão onde ele trabalha, que tem uma ruazinha estreita, escondida e ele me ameaçou de morte ali naquela rua, quando eu estava com a minha filha no colo... E eu fiquei apavorada com aquela situação, porque ali eu me senti muito frágil... (Mãe A)

Minha mãe ficou falando “Filha, ele vai te matar... a gente vai começar uma nova vida aqui na cidade. Esquece, vai lá e retira isso que você fez... Eu estou tendo pesadelos com ele... horríveis... retira, poupa a menina desse constrangimento”. (Mãe A)

Como ele já havia me batido e, quando pedi a intervenção da mãe dele, soube que ela também levou um tapa na cara para aprender a não se meter no que não lhe dizia respeito, procurei ficar o mais longe possível dele. Além disso, ele tinha as costas quentes por conta dos parentes bem colocados no tribunal. (Mãe C)

Também a sobrecarga no cuidado com a prole – tanto no provimento do sustento como no suporte social, afetivo e emocional – significa importante ônus a ser, via de regra, assumido exclusivamente pelas mães. Histórica e culturalmente, o homem brasileiro tende a tentar se eximir de responsabilidades em relação aos filhos quando do rompimento dos laços conjugais (Durham, 1983; Araújo e Scalon, 2003), expressando uma confusão entre conjugalidade e parentalidade como se equivalentes, quando, de fato, encerram vínculos respectivamente distintos, sendo uns marcados por possível provisoriedade enquanto os outros por sua perenidade.

Esses conflitos, embora constituam elemento que pode estar presente na realidade de qualquer família brasileira, aqui especificamente se prestam à explicitação da situação de vulnerabilização dessas mães. Tal condição antecede a ocorrência das alegadas interações abusivas – como também pode ocorrer durante o processo de busca de suporte, quer do SGD quer de outra instância externa à família – e encontra-se permeada por desigualdades nas relações de gênero,

deixando essas mães em condições menos favoráveis ainda para viabilizarem a efetivação dos direitos de seus filhos:

Ele entrou na justiça com pedido pra regulamentação de visita... a partir dali eu passei a não me relacionar mais com ele, porque ele me levou na justiça, ele obrigou meu pai... meu pai teve de ter despesa com advogado... meu pai já pagava todas as despesas das minhas filhas, ele não queria assumir despesa nenhuma. (...) “Simplesmente você [pai de suas filhas] abandonou a gente, você some. Então, estando aqui, para qualquer emergência, eu conto com meu pai”. (Mãe A)

Conseguimos comprar a casa onde hoje a gente mora com muita dificuldade, o dinheiro ficava comigo porque senão ela pegava e bebia, e o dinheiro meu já era pouco. (...) Eu insisto que é obrigação dele [pagar pensão], porque as crianças não têm culpa de nada, as crianças têm que ter as coisas dadas também pelo pai. Mesmo com a ordem da juíza, ele depositou só uns três meses de pensão. (Mãe B)

Em relação à criança vítima, há uma precocização das experiências sexuais que pode importar em certo sentimento de inadequação em seu respectivo grupo etário e de gênero, podendo ainda incluir uma espécie de sensação de “perda da inocência ou pureza”, tal qual presente no imaginário social que cerca a infância (Furniss, 1993). Também se corre o risco de que o interesse ou as curiosidades relativas a jogos e diferenças sexuais, próprias a essa fase do desenvolvimento humano, passem a ser associados a algo sujo ou decorrente do fato de a criança ter estado envolvida em interações abusivas, podendo redundar tanto em uma hipersexualização como em embotamento da espontaneidade necessária a tais vivências (Gabel, 1997; Thouvenin, 1997).

Tudo isso pode resultar em importantes obstáculos ao estabelecimento e manutenção de vínculos com seus pares – por vezes devido à estigmatização comunitária como “má influência” para as crianças “puras e ingênuas” –, bem como com a fratria e outros adultos (Finkelhor, s/d; Sumitt, 1983). Tais elementos são aqui levantados a fim de registrar importantes impactos que podem advir para a vida das crianças vítimas, muito embora não possam ser objeto de análise mais acurada nesta tese, uma vez que não compareceram às narrativas das mães dessa forma.

Ao narrarem a dinâmica familiar após a revelação do abuso, no que diz respeito às crianças, as mães se referiram a práticas de superproteção sob a argumentação e o temor de uma maior vulnerabilidade a novos abusos ou de exacerbação precoce do interesse por práticas sexuais. Na família A, tais práticas

são diretamente evocadas pela mãe, cujos temores são estendidos também à educação da filha mais nova, em relação à qual em nenhum momento houve qualquer menção ao fato de ter sido abusada pelo pai. Mais uma vez, para tal parecem concorrer referências do senso comum com relação a autores de abuso sexual de crianças, remetendo à ideia de que necessariamente estabelecerão interação abusiva e de forma indiscriminada com toda e qualquer criança a que tenham acesso, o que não encontra respaldo na literatura especializada (Habigzang e Caminha, 2004; Schmickler, 2001).

Em alguns casos, o impacto da revelação do abuso sexual de uma filha pode mesmo redundar em desconfiança generalizada em relação à figura masculina, como se esta passasse a representar uma espécie de “predador” (Haugaard e Repucci, 1988). Tais práticas podem resultar em inibição do processo de desenvolvimento de crianças vítimas, o que concorre para dificuldades no exercício de aproximação e estabelecimento de relações afetivas e sexuais com pares etários em outras etapas de seu ciclo vital, constituindo dano secundário de uma tentativa de proteção indevidamente fundamentada. Esses conflitos maternos, para cujo equacionamento se faz necessário suporte qualificado de operadores do SGD, estão presentes na narrativa da mãe A, conforme podemos observar a seguir:

Começou a me dar um desespero... minha mãe tinha amigos que frequentavam a casa... eu me sentia muito mal com a presença deles, eu ficava preocupada com as meninas... “meu Deus, o que que está acontecendo com as crianças?”... Minha mãe deixou que um casal de amigos que tem filhos levasse a minha filha mais velha pra casa deles. Eu fiquei desesperada, eu gritava no telefone “mãe, pelo amor de Deus, lá eles vão levar pro quarto...”. (...) E minha mãe tentando me tranquilizar, e eu “mãe, mas aquele homem, ele vai levar minha filha lá pro quarto, sei lá o que ele vai fazer com ela, pelo amor de Deus”. Eu comecei a ver, eu comecei a ficar aterrorizada... Hoje eu vejo isso, mas na época eu não via... que era por causa disso, eu não conseguia associar... era como se tivessem colocando uma arma na minha cabeça... era como se pegassem minha filha e dissessem “vamos molestar ela”... Mas não era, era só um marido... Mas eu via tudo como uma ameaça muito grande... (Mãe A)

E quando a minha filha menor fez cinco anos, eu também fiquei transtornada, porque foi a idade que a mais velha foi abusada... (...) eu dizia a ela “Olha, ele [o pai] não pode dar banho em você, ele não pode colocar você pra fazer xixi, você vai se limpar sozinha”... As duas diziam que era difícil, mas eu dizia “não pode! Não pode entrar no banheiro com você, não pode dormir junto”... eu comecei a criar essas... essa proteção. (Mãe A)

No âmbito familiar, se a revelação de alguma forma se deu por enunciação direta ou indireta da criança vítima, esta pode passar a ocupar o lugar estigmatizado de “dedo duro”, alcaguete, delator ou traidor da família. Tal como postulado por Boszormenyi-Nagi e Spark (2008), pode se tratar de um comportamento que contraria o pacto sustentado pelos vínculos de lealdade e cujo rompimento implica mesmo em prejuízos para sua aceitação no grupo. Os efeitos objetivos e subjetivos do conseqüente alijamento do grupo, com perda do sentimento de pertença, podem exercer expressiva influência sobre movimentos de tentativa de supressão da alegação de abuso sexual (Furniss, 1993).

A perda do lugar de objeto de desejo privilegiado do pai, dada a confusão de línguas (Ferenczi, 1992) anteriormente estabelecida pela inadequação paterna, pode agregar novos e importantes conflitos e sofrimentos à vida da criança. Tal processo pode ser em muito agravado em casos nos quais essa posição privilegiada era explicitamente declarada no âmbito familiar, como na família A, em que a própria mãe, ciente dessa predileção e em situação anterior à revelação do abuso, buscou estabelecer aliança com a filha como intermediária para a permanência do companheiro:

Às vezes eu dizia “filha, pede pro papai voltar... Quando ele vier, fala que você tá com saudade dele”. Mas foi um erro grande meu... ela falava “papai, eu queria tanto ficar com você” e aquilo me cortava o coração... (...) Só que ele dizia “não, filha, não dá não, por causa da sua mãe... Sua mãe é isso, sua mãe é aquilo”. (Mãe A)

Essa predileção pode redundar em desenvolvimento de sentimentos de hostilidade em relação à criança vítima por outros membros da fratria, como os mencionados pela mesma mãe, ao se referir a brigas e agressões entre as irmãs, impactando negativamente seus vínculos e relações:

Recentemente essa medida protetiva afastou ele da minha residência... então tem cerca de um mês, um mês e meio, que ele não tem contato com as minhas filhas... desse tempo pra cá as crianças estão se restaurando, mas... antes disso minhas filhas estavam transtornadas... a ponto de se socar, se bater... (Mãe A)

Pode haver até mesmo argumentos de que não se entende do que a criança está se queixando ao revelar tais queixas, dado que sempre usufruiu de sua posição privilegiada. Nesse campo de manifestação de sentimentos hostis, também não se mostra produtivo subestimar os temores que podem se instaurar na

criança quanto a retaliações maternas após a descoberta de sua “traição” como objeto de desejo paterno (Furniss, 1993; Gabel, 1997; Lamour, 1997).

Tais aspectos de ordem intrassubjetiva – ao se tomar por referência o papel de destaque atribuído às figuras parentais nas teorias psicológicas acerca do desenvolvimento psíquico e emocional, notadamente a perspectiva psicanalítica (Ferenczi, 1982; Winnicott, 2001) – estarão a exigir especial atenção dos operadores do SGD quando das intervenções que envolvem a escuta da criança vítima. Há que se tomar cuidados para não se priorizar a consecução dos objetivos institucionais – como o indiciamento criminal do alegado autor – em detrimento dos potenciais danos secundários para a criança⁶².

Embora nem todas as crianças vítimas de abuso sexual apresentem níveis de sofrimento psíquico que justifiquem a indicação de intervenção psicoterápica (Furniss, 1993; Gabel, 1997; Thouvenin, 1997; Cromberg, 2001), os operadores dos processos de proteção no âmbito do SGD não devem perder de vista a importância de que algum segmento contemple essa dimensão quando da avaliação do caso. Nesse sentido, cabe salientar também que uma criança que não tenha registro traumático das interações abusivas pode vir a apresentar sofrimento psíquico em decorrência das intervenções que têm por objetivo sua proteção e a responsabilização do alegado autor, quer pela própria natureza ansiogênica das situações a que ficará exposta, quer devido a erros de manejo dos casos, evidenciando o que Furniss (1993) denomina danos secundários.

A perda do convívio com a figura paterna constitui outro aspecto que, embora já supramencionado, pode apresentar nuances distintas no caso da criança vítima, devido ao fato de ser potencializado por fantasias de que a culpa pelo afastamento do convívio é sua, por traição da confiança do pai e exposição de toda a família, o que pode contribuir para agravar ainda mais os importantes conflitos de lealdade (Boszormenyi-Nagi e Spark, 2008). Esses conflitos aparecem na narrativa da Mãe C que, referindo-se à sua relação com a filha, relata não apenas seus próprios sentimentos com base no que aconteceu, suas expectativas e

⁶² Quanto a isto, acalorados debates têm sido desenvolvidos, notadamente provocados por magistrados que atuam em Varas de Família e por entidades profissionais que agregam psicólogos e assistentes sociais, técnicos cuja formação termina por colocá-los no *front* do atendimento dos casos de abuso sexual, sendo certo que os profissionais dos demais campos do conhecimento deles esperam proficiência no manejo da complexidade das questões envolvidas.

algumas consequências para a vida escolar da filha, como também providências para não ser acusada no futuro de ter impedido o convívio da vítima com o pai:

Eu não escondo nada dela, eu não falo mal do pai. Um dia ela falou que quer que eu case de novo para ter um novo pai e respondi que o pai dela pode ser o que for, mas nada vai modificar o fato de que este é o pai que ela tem. Ainda que eu me case de novo e meu novo companheiro a trate como filha, a história que já foi vivida jamais será apagada. Por isso, eu tenho tudo armazenado, guardado, porque se um dia ela me perguntar “por que você me tirou do meu pai?”, eu vou ter o processo todo e falar assim “agora você tem maturidade suficiente pra entender e fazer o que quiser”. (Mãe C)

Ela é uma ótima aluna, só que em uma prova de português ela tirou um... O tema da prova de interpretação de texto foi “Quem você gostaria que fosse seu pai?”... e acabou com ela. (Mãe C)

Essa perda de vínculos e seus desdobramentos, na família A, é descrita pela falta que as filhas, sobretudo a mais velha e alegada vítima do abuso, sentem do pai, um vínculo de referência muito significativo, dada a intensidade do contato e dos cuidados por ele dispensados quando a filha era muito pequena. Ao mesmo tempo em que teme as consequências de uma possível retomada do convívio paterno, a mãe percebe a lacuna que sua não ocorrência representa para a filha:

Eu preciso do laudo daqui [do CREAS], que é a única coisa que eu tenho que vai me resguardar, mas eu estou sujeita a entregar as crianças pra ele porque eu não tenho mais nenhuma outra proteção. (...) Então, se de repente a juíza não aceitar esse laudo, minhas filhas vão continuar sendo visitadas por ele... Por outro lado, fico triste porque elas sentem muito a falta dele, principalmente a mais velha que teve um tempo de convívio mais alegre com ele. (Mãe A)

Já na família B esse possível impacto parece estar minimizado pelo fato de o autor ser um companheiro da mãe que, pela narrativa obtida, não parece ter estabelecido uma relação fortemente substitutiva da função paterna com o casal de enteados, dado que, em nenhum momento da narrativa desta mãe foi mencionado que o mesmo se comportava como tal; ao contrário, ao se referir ao convívio dele com os enteados, este foi descrito como: “pareciam três crianças, só fazendo bagunça. Ele [padrasto] me ligava toda hora reclamando das crianças” (Mãe B).

Também é importante dimensionar as perdas de referências outras que possuem relevância para a criança, tais como o espaço físico de sua casa e aqueles relativos à convivência comunitária, dentre os quais se destaca a escola, ou mesmo as relações de coleguismo e amizade. Um mínimo de constância e

permanência desas referências é fundamental para o desenvolvimento de uma sensação necessária de pertencimento e para o exercício de estabelecimento e manutenção de relações duradouras (Winnicott, 1983). A perda dessas referências e os sentimentos que ela implica são retratados na narrativa da Mãe C, ao relatar o processo por que passou junto com a filha após a revelação do abuso:

Ela perdeu a referência de família, ela perdeu a referência de tudo, porque a cada hora a gente tava num lugar, com uma família diferente, com hábitos diferentes, com tudo diferente. Então, durante um ano eu passei por casa de amigos, tive convivência com todos os amigos, dormia no chão, na cama de um, na cama de outro... Um dia ela me perguntou “mamãe, quando a gente vai ter a nossa casa de novo?”... Aí eu respondi “a mamãe não sabe” e ela pediu “quando você souber, você me fala?”. (...) O que me doía muito nela [filha] era o seguinte: ela tava começando uma escolinha aqui no Rio, de repente a gente ficou um ano sem casa porque a gente ficou rodando em casas de amigos para fugir dele [do pai]... depois foi para outro estado... voltou pro Rio, do Rio pra São José, e agora ela voltou pro Rio. Aí ela falou assim “mamãe, começar com as amizades tudo de novo, tudo de novo?”... Falei que amigo mesmo fica pra sempre e incentivo que ela ligue tanto para uma amiga de São José – que já veio passar final de semana com a mãe em nossa casa – como para outra da cidade pequena em que vivemos quatro anos. Eu sempre digo pra ela que eu sei que é difícil, mas que ela vai conseguir... assim como conseguiu nos outros lugares, vai conseguir aqui. (Mãe C)

Embora não se possa demarcar de maneira exata o momento em que se pode considerar superada a premência de busca de orientações por parte das famílias, de profusão de procedimentos, convocações e encaminhamentos consecutivos ou concomitantes por diversos integrantes do SGD, consideramos possível estabelecer aqui o corte entre o que designamos como primeiro e segundo momentos do depois da revelação.

Quando se menciona a possibilidade da existência de ganhos decorrentes da revelação do abuso, imediatamente se remete à cessação da interação abusiva. Decerto esta se mostra uma associação muito pertinente dado que – embora tal cessação por vezes possa não constituir o objetivo primeiro da ruptura do segredo familiar – há raríssimas remissões, na literatura especializada, a casos do denominado “romance incestuoso”, caracterizado pela naturalização da relação incestuosa, já não significada pelas partes envolvidas como abusiva, senão como consentida e amorosa⁶³.

⁶³ Cabe registrar que tais experiências, ainda que raras, tendem a ocorrer mais em incestos fraternos que parentais. Para exame de dois casos envolvendo este tipo de dinâmica, ver Bass e Thornton (1985).

No entanto, paradoxalmente, além desse benefício diretamente associado à revelação, há que se considerar a ocorrência de ganhos secundários daí advindos e que geralmente só podem ser identificados no transcurso do processo de acompanhamento dos casos. Um deles pode ser o rompimento de uma relação conjugal já não satisfatória para a mãe, pelos motivos mais diversos, sem ter de arcar com o ônus desta escolha⁶⁴.

Ganhos muito menos previsíveis aparecem na narrativa da família B, quando a mãe manifesta como o sofrimento deflagrado pela revelação do abuso possibilitou o acesso a “um outro mundo” de alternativas, relações e desenvolvimento, além de enfatizar uma melhor qualidade de vinculação entre ela e seus dois filhos:

Então foi uma coisa boa porque, se isso não tivesse acontecido, eu não tinha dado a volta por cima que eu dei na minha vida. Foi com a ajuda de muita gente... eu conheci pessoas, aprendi a me valorizar, aprendi agir com carinho com as pessoas. (...) As pessoas agora me ouvem e dão importância ao que eu falo. É gratificante. Quem sabe um dia eu não terei a mesma profissão de vocês, psicóloga? (Mãe B)

Hoje nós três [mãe, filha e filho] estamos bem melhor que antes, confiantes e unidos. (Mãe B)

No que se refere às alianças em sua conformação no período posterior à revelação do abuso, esta pode se revelar em maior cumplicidade entre a mãe e seus filhos, como mencionado acima, por vezes especificamente entre a mãe e a filha vítima, ou ainda se expressar por maior vinculação entre a fratria. De maneira complementar, pode resultar justamente no oposto.

Nas famílias entrevistadas, quanto à configuração de alianças em comparação a como estavam estabelecidas antes da ruptura do segredo, podemos observar que, em primeiro lugar e conforme já apresentado, a figura parental masculina terminou por ser alijada do convívio, com ganhos e perdas daí decorrentes. No caso da família B, o ex-companheiro tentou promover a supressão da alegação e, com isso, retornar ao convívio da família, porém sem sucesso:

Fui falar com ele, que disse que era mentira, que não tinha feito nada e não quis ir embora da minha casa. Quando eu disse que ia na delegacia ou falar com os

⁶⁴ Neste caso não se faz referência a alegações deliberadamente falsas ou a casos de tentativa de alienação parental cuja motivação, via de regra, encerra origem inconsciente (Sousa, 2010). Especificamente aqui nos referimos a situações de desgaste da relação conjugal associado a resistências do cônjuge do sexo masculino quanto ao seu rompimento.

homens da comunidade, rapidinho ele mudou de lá. Depois ele ainda andou atrás de mim e eu encontrei ele na rua, que insistiu dizendo que não fez nada, mas nunca dei uma brecha pra ele se criar. (Mãe B)

Uma das mães chegou a manter expectativas de restabelecimento do convívio com o pai de suas filhas, a partir da assunção da responsabilidade pela autoria dos atos abusivos e busca espontânea de ajuda profissional:

Porque, assim, no momento que eu dei aquele depoimento falso, eu esperava... do pai delas... no fundo, no fundo, eu achava que ele realmente faria isso – COMO EU TAVA ENGANADA –, que ele ia se arrepender do que ele fez, que ele ia buscar tratamento e que ele mesmo ia falar que não tinha capacidade de ficar com as crianças, ao menos até concluir o tratamento. (Mãe A)

É necessário considerar a possibilidade de que algum(uns) membro(s) da família avalie que as consequências da revelação do abuso resultaram em situação ainda mais desfavorável se comparada àquela em que se encontrava o grupo anteriormente. Diante de tal contexto, não raro tende(m) a buscar aliados para deflagrar um processo de supressão daquela alegação, podendo ser dentro da própria família, no âmbito da família extensiva ou entre os operadores do SGD. Movimento similar pode se dar no sentido oposto, qual seja, de estabelecer alianças a fim de concorrer para provar a ocorrência do abuso.

Entretanto, o mais das vezes o processo de supressão é deflagrado de forma muito mais sutil, concorrendo, para tal, motivações inconscientes, ambivalências tanto em relação à vítima como ao alegado autor, culpa e vergonha, dentre outros aspectos não facilmente identificáveis. A própria incredulidade decorrente das dificuldades de integrar na mesma pessoa – no caso, o alegado autor – os aspectos amorosos e protetores e aqueles destrutivos ou perversos, dada a atuação do *habitus* que nos faz constantemente significar o mundo, as pessoas e as relações em termos dicotômicos em lugar de complexos e paradoxais, em muito pode contribuir para ensejar a sustentação dos motivos para supressão. Esse não foi o caso de nenhuma das três famílias, visto que as narrativas das mães expressam convicção na ocorrência do abuso sexual. Entretanto, como pudemos observar, houve diversas oscilações ao longo do tempo no que se refere ao estabelecimento da convicção ora apresentada.

Em quaisquer dos casos – como estratégia consciente de defesa em relação às ingerências do Estado nos processos internos à família ou decorrente de

aspectos subjetivos e subliminares –, o movimento de supressão tem como resultado a reificação do segredo e, via de consequência, o retorno da família aos modos de organização e funcionamento regulados por aspectos destrutivos, às custas de sofrimento psíquico de alguns de seus integrantes, sobretudo da criança vítima. Tal movimento se torna ainda mais grave quando deflagrado ou reforçado pela atuação de operadores do SGD, que têm como atribuição a garantia de efetivação do processo de proteção e responsabilização. Esse é apenas um dos danos secundários que podem decorrer das intervenções havidas no âmbito do SGD e que têm importantes rebatimentos no processo de reorganização familiar.

Em movimento distinto do efetivado pelas famílias, diversas intervenções do SGD foram significadas pelas mães entrevistadas como concorrendo para supressão da alegação de abuso e para o retorno ao segredo. A mãe A se mostra bastante crítica em relação a procedimentos de responsabilização, argumentando o quanto os mesmos ensejaram um desgaste familiar muito grande e significaram, para ela, um obstáculo a mais a ser enfrentado:

Mas a essa altura a minha palavra tinha perdido a credibilidade... o psicólogo da delegacia não fez uma avaliação correta da minha filha, ele se desorganizou, ele não fez o relato... Eu disse pra ele: o senhor só avaliou ela duas vezes... esse laudo inocentou ele... o pai dela carrega esse laudo e mostra pra todo mundo isso como se fosse um troféu... e ele expõe “ela me acusa de crime sexual... olha aqui”. (...) Quando eu voltei a retomar isso, que descobri que o processo tava arquivado... o promotor... (pausa maior) falou que eu tava brincando com a justiça... por eu ter dito que... não fui nem eu que fiz aquela carta, foi o policial da DCAV, entendeu? E eu pensei comigo que, se ele [o policial que a orientou a assinar a retratação] não podia, se ele estava errado, então porque que ninguém impediu? Porque eu estava desnorteada... (Mãe A)

Quando efetivamente as intervenções contribuem para a evolução do caso à etapa de supressão, conforme dinâmica descrita por Sgroi (1982a), as famílias têm de envidar muito mais esforços para superar a denegação (Ferenczi, 1982), podendo restar uma pronunciada sensação de desamparo (Summit, 1983). Dado o alto grau de envolvimento dos integrantes do grupo familiar na dinâmica abusiva, a revelação pode propiciar, ao aumentar o nível de permeabilidade a influências externas, o acesso a suportes para ressignificação das bases sobre as quais se assentam vínculos, relações e alianças. Portanto, se esse apoio externo é capturado pelo funcionamento familiar, equivale a dizer que, de alguma maneira, ele legitima aquelas bases, contribuindo para reificação do segredo e redução das

possibilidades de mudanças nas relações entre seus integrantes, ao verem fracassar a tentativa de obter do ambiente externo recursos mais efetivos que aqueles de que dispunham. Como as intervenções do SGD retiram sua legitimidade de um discurso de garantia e efetivação de direitos de crianças e adolescentes, via de consequência, tais insucessos concorrem para esvaziamento do sentido forte de sua razão fundante.

Concomitantemente a medidas significadas pelas famílias como erros de manejo dos casos, figuram ainda lacunas nomeadas nesse processo de intervenção da rede de proteção e responsabilização em casos de abuso sexual intrafamiliar de crianças. A narrativa da mãe A parece ressaltar limites na atuação de alguns segmentos do SGD e vem ao encontro do proposto por Costa e al. (2007), ao enfatizar os danos decorrentes do hiato entre a revelação do abuso e a disponibilização de suporte psicológico para a família:

Foi ruim eu não ter recebido amparo psicológico... que eu acho que eu precisava era de um amparo psicológico... eu tava... porque a psicóloga que me atendia, que eu busquei socorro com ela, ela foi e falou pro pai delas, ela tava do lado dele... ela falou que eu tinha ido lá, que eu tava acusando ele de coisas graves... (...) Porque na DCAV eu não recebi amparo nenhum, nenhum, nenhum... E eu esperava... o apoio que eu tive aqui [no CREAS]... eu esperava que lá eu teria... mas eu não tive. Eu até perguntei se ela poderia ser atendida por outro psicólogo, mas eles disseram que não, que como já tinha começado, ela só poderia continuar com ele. (Mãe A)

É importante registrar a presença de expressivo hiato temporal entre a primeira busca de suporte externo deflagrada pelas famílias e o efetivo acompanhamento das mesmas pelas equipes especializadas dos CREAS, conforme podemos constatar na caracterização de cada uma delas, variando de 1 (um) até 10 (dez) anos. Considerando que duas mães, A e B, qualificam o suporte obtido nessas equipes como o espaço onde efetivamente tiveram acesso a intervenções que possibilitaram ressignificação do abuso e redimensionamento de perspectivas de reorganização da própria vida, cabe indagar qual a extensão de danos a que essas famílias estiveram expostas e que seriam passíveis de evitação caso a oferta regular de atenção qualificada garantisse a redução do tempo de espera.

Em abordagem distinta, a mãe C explicita lacunas traduzidas na inexistência de iniciativas de prevenção primária, como forma de orientação e proteção da população em geral:

Uma coisa que eu senti falta... Como leiga, eu não acreditava que o meu telhado era de vidro, eu não sabia dos trâmites que eu tinha que percorrer, não sabia que em vez de dar um banho na minha filha, eu tinha que pegar e levar ela diretamente na DPCA porque, por mais que não tivesse provas do abuso, haveria prova das lesões que, depois que eu tratei, sumiram. Eu, hoje, se morasse com uma pessoa que partisse pra cima de mim, tentasse me bater, me enforçar, eu ia na delegacia da mulher dar parte, por mais que não desse em nada, mas eu tinha um registro lá, entendeu? Então são essas coisas que a gente acha que não vai acontecer, porque era uma pessoa culta, mas não sabe o que há por trás dessa pessoa, entendeu? Então, esses trâmites não são divulgados, e eu errei porque não sabia como fazer. (Mãe C)

Como importante lacuna, a mãe B ressalta o ritmo de processamento das questões no âmbito do Poder Judiciário, tanto em termos cíveis como criminais, o que acaba por redundar em uma sensação de desamparo e falta de perspectiva quanto a efetivar a garantia de seus direitos e de seus filhos:

A única coisa que faltou foi a punição do pai das crianças, que não paga pensão e não cuida dos filhos, e do safado que abusou da minha filha. Uma ONG que tem advogados é que tá vendo isso, mas tudo demora muito na justiça! A última notícia da advogada foi que o juiz pediu pra penhorar os bens... que bens? A casa em que ele mora? A advogada também já falou em tentativa de acordo, mas ele ignora. Tirando a justiça, todo o resto foi bom. (Mãe B)

De maneira complementar, as narrativas das mães evidenciam as atuações do SGD como adequadas e promotoras de proteção. Ao se referir a uma experiência bem sucedida, a mãe C sugere, inclusive, a ampliação do serviço para além do foco na avaliação dos casos:

Eu achei o trabalho do NACA muito bom. Por isso, eu acho que devia ter um trabalho desse não só para fazer laudos, mas para tratar de crianças nessa situação porque, por mais que o juiz não aceite, que o cara seja inocentado, dizendo que ele é um santo, que ele nunca fez nada, acho que isso fica na criança, e ela precisa ser tratada. (Mãe C)

No caso da mãe B, esta se sentiu não só adequadamente atendida no acompanhamento do caso envolvendo sua família como também valorizada como agente de potencialização da resiliência de outras mães, através de sua presença e atuação em um dos grupos realizados pela equipe técnica da unidade de referência da assistência social:

No grupo de família que acontece no CREAS, consigo apoiar as outras mães, porque falo pra elas que minha vida melhorou muito, mesmo com todo o sofrimento que tivemos que passar. Consigo ver como eu estava antes da ajuda da

psicóloga e da assistente social do CREAS e elas dizem que eu tenho ajudado bastante as outras mães a superar as fases mais difíceis.

Na busca de caracterizar o momento mais recente ou atual em que se encontra cada família no que designamos segundo momento do depois da revelação – tomada a realização da entrevista como marco temporal –, discutimos o processo de reorganização das próprias vidas que foram deflagrados pelas famílias em questão.

Na família B, a mãe informa ter realizado um movimento que possibilitou maior conhecimento acerca de si mesma, passando a se considerar como uma pessoa de valor e a se sentir independente dos demais para seguir em frente:

Voltei a estudar. Apesar de todo esse sofrimento, acabei dando uma guinada na minha vida, aprendi a virar o jogo... Pude transformar minha vida em outra coisa... e muito melhor. (...) Tá completando três anos que estamos tratando disso e uma coisa eu aprendi: a lidar com homem sem vergonha, tarado, safado... e trabalhar no que der, pra tratar bem das crianças. (Mãe B)

Também fiz um curso de construção civil, que descobri num papelzinho desses que dão pra gente na rua. Assim, consertei minha casa toda e também trabalho de vez em quando em obras como ajudante pra reforçar o orçamento. (Mãe B)

No entanto, no que se refere à filha, alegada vítima do abuso, a mãe afirma que a mesma ainda alterna momentos tranquilos com outros marcados pela tristeza, não tendo mais retornado ao nível de aproveitamento escolar que possuía antes da ocorrência do abuso. Contudo, a mãe acentua o grau de cumplicidade e parceria hoje existente entre ela e seus filhos como o maior ganho resultante do suporte obtido através da equipe do CREAS.

A família A parece ainda contabilizar significativas perdas com relação à desagregação familiar. É importante considerar que a narrativa desta mãe foi a que se mostrou mais recorrentemente atravessada pela idealização do modelo ainda hegemônico de família nuclear patriarcal burguesa, a que se refere Szymanski (1994, 1997), como muito prevalente como referência de adequação e sucesso no empreendimento de constituição e manutenção de um núcleo familiar. Esse hiato entre família pensada e família vivida parece permanecer como marca indelével na tentativa de reorganização familiar capitaneada por esta mãe:

Apesar do constrangimento de passear com minhas filhas sem o pai eu tinha uma felicidade que hoje eu não consigo encontrar... e é isso que eu tô tentando buscar e

eu tô sendo encaminhada pra fazer terapia, porque eu sinto que depois disso morreu... Eu não consigo mais dar um sorriso, eu não consigo mais sentir vontade... de ir pra um cinema, ir pra um passeio, de fazer alguma coisa. (...) Eu tinha uma coragem pra sair, pra viver, que hoje eu não tenho... hoje eu me fecho, eu me enclausuro assim dentro de casa... eu falo que eu vivo numa escuridão porque eu me mudei pra um apartamento que não bate sol e a sensação é escuridão mesmo, é sofrimento... é por causa disso tudo, não foi só isso... (Mãe A)

Apesar de ainda viver um pouco a expectativa de reaparecimento do pai de sua filha, a mãe C parece estar aos poucos reorganizando sua vida: retornou ao Rio de Janeiro, voltou a exercer sua profissão e tem cuidado de sua mãe, que sempre a apoiou e agora se encontra doente. Esta mãe percebe o processo de desenvolvimento da filha como pertinente à faixa etária em que se encontra e não dispensa um suporte psicoterápico para a mesma:

Minha filha passou por vários psicólogos, só que ela é muito fechada... De formas diversas, várias psicólogas me disseram que ela trancou isso dentro dela e dificilmente vai falar pra alguém. É como se ela quisesse esquecer o que aconteceu, ela criou uma redoma de vidro em volta dela, o que tem que ser respeitado. Me orientaram a dar muito amor e carinho e tentar tratar ela sem ficar pensando sempre no que aconteceu... como ela está crescendo, acho importante ela ter um espaço dela pra falar das coisas dela, mesmo que não seja sobre o abuso... Sei que a doença da avó e a distância do pai devem estar mexendo com ela. (Mãe C)

Ao mesmo tempo, esta mãe revela seus anseios diante de um possível reencontro da filha com o pai, adotando medidas que podem reduzir a interação da filha com outras crianças de sua faixa etária.

Eles [linhagem paterna] continuam morando perto, mas eu nunca vi, e minha filha também não. Continuam morando no mesmo lugar, só que eu não tenho contato, não tenho telefone, não tenho nada, não sei nada deles. Tanto que já neguei um pedido da minha filha para frequentar um clube do bairro para ela não ter o desprazer de estar sozinha lá e encontrar com um deles. (Mãe C)

Do encontro entre as narrativas produzidas pelas mães entrevistadas com o conhecimento sistematizado nos capítulos anteriores procuramos elaborar uma compreensão acerca do processo de reorganização familiar deflagrado a partir da ruptura do segredo erigido em torno de situações de abuso sexual intrafamiliar de crianças.

Na tentativa de apreender movimentos não lineares de constituição, manutenção, modificação e rompimento de relações, vínculos e alianças em contextos familiares permeados por interações abusivas, buscamos problematizar

elementos significativos no interjogo de forças, desejos, expectativas, necessidades e anseios que permeiam o estabelecimento e vão conformando contornos muito próprios quanto a relações de conjugalidade ímpares – mesmo que em níveis distintos de formalização e consolidação – e em cujo contexto novas vidas foram engendradas, resultando em vínculos parentais.

Ao buscar recuperar esse processo, intentamos por em evidência aspectos das dinâmicas familiares discutidas que pudessem nos auxiliar em uma aproximação cuidadosa das formas de estabelecimento das condições de possibilidade tanto para ocorrência das alegadas interações abusivas como da manutenção do segredo e sua posterior ruptura, entendida como momento em que as famílias expressam não mais conseguir manter sua coesão e relativo equilíbrio lançando mão “tão somente” de seu repertório de recursos internos.

Tendo por referência a “decisão” das famílias por tornar seu segredo – até então mantido dentro de suas fronteiras por funcionar como amálgama de suas relações – de conhecimento “público” como uma tentativa de encontrar, no meio externo, suporte para ressignificação do abuso e sua reorganização como condição para se manter, buscamos discutir o quanto e de que formas as intervenções levadas a cabo pelos operadores dos diversos integrantes do SGD conseguiram exercer suas atribuições de garantia de efetivação de direitos de crianças e suas famílias, estas concebidas no discurso brasileiro como espaço privilegiado para desenvolvimento daquelas.

Das narrativas das três mães pudemos depreender que as tensões próprias às relações entre família e Estado, tais como historicamente construídas no Brasil, não constituem impedimento para que, a despeito dos inúmeros desgastes e conflitos produzidos nas interações entre as famílias e os agentes do SGD, ambos possam retirar elementos para ressignificação de seus impactos e sentidos como guardiães complementares dos direitos de crianças e adolescentes brasileiros.